



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO- FAGED**

**LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E  
SOCIAIS DE MANAÓS PELO OLHAR DOS PERIÓDICOS  
ACADÊMICOS, 1909-1927**

**CRISTINA DA SILVA ARAÚJO**

**Manaus - AM**

**2023**

CRISTINA DA SILVA ARAÚJO

**A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E  
SOCIAIS DE MANAÓS PELO OLHAR DOS PERIÓDICOS  
ACADÊMICOS, 1909-1927**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Colegiado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

**Orientador:** Prof. Dr. Fábio Souza Corrêa Lima

**Manaus - AM**

**2023**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A663c Araújo, Cristina da Silva  
A criação da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de  
Manáos pelo olhar dos periódicos acadêmicos : 1909-1927 /  
Cristina da Silva Araújo . 2023  
60 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Fábio Souza Corrêa Lima  
TCC de Graduação (Pedagogia) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. História da Educação. 2. Faculdade de Ciências Jurídicas e  
Sociais . 3. Faculdade de Direito do Amazonas. 4. Memória. 5.  
Manaus. I. Lima, Fábio Souza Corrêa. II. Universidade Federal do  
Amazonas III. Título

CRISTINA DA SILVA ARAÚJO

**A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E  
SOCIAIS DE MANAÓS PELO OLHAR DOS PERIÓDICOS  
ACADÊMICOS, 1909-1927**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Colegiado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. Fábio Souza Corrêa Lima.

**Aprovado em 14 de Setembro de 2023.**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Fábio Souza Corrêa Lima – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Pérsida da Silva Ribeiro Miki - Membro  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

*A memória, um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.*

Pierre Nora

*Uma criança, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo.*

Malala Yousafzai

Dedico este trabalho à Gabrielle Maria, minha pequena,  
pelo amor incondicional, que lhe sirva de inspiração no  
futuro e entusiasmo aos estudos.  
Às crianças que acompanhei como mediadora.  
À minha família e esposo, pelo carinho.  
Aos Meus irmãos e sobrinhos queridos

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida, esperança e força a cada dia.

Agradecimentos à minha família, que sempre me apoiou durante a caminhada. Aos meus pais, Luís Carlos e Sônia Maria que incentivaram aos estudos, principalmente meu pai, que sempre fez indagar sobre as coisas, grande amante da ciência.

Ao meu companheiro, Neimar Peinado, que me acompanhou durante a jornada acadêmica e deu apoio para realizar a Licenciatura em Pedagogia, ombro amigo e incentivo. À minha pequena, Gabrielle Maria, por seu carinho e alegria de sempre.

Ao orientador, Prof. Dr. Fábio Souza Corrêa Lima, pela atenção, e valorosas orientações. Por acreditar na pesquisa, acolher minhas opiniões e ideias, com respeito e entusiasmo. Pelo apoio durante a investigação e pelo suporte teórico e historiográfico que foram de grandes aprendizados.

À Universidade Federal do Amazonas, e a Faculdade de Educação - Faced, locais da caminhada e grandes aprendizados. Aos professores do curso, à prof. ex. coordenadora do curso Thaiany Guedes da Silva, sempre disposta a ajudar os discentes durante o percurso.

Aos professores pesquisadores que aceitaram fazer parte da Banca Examinadora desta pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, os agradecimentos.

Às colegas pesquisadoras, que uma hora ou outra estavam dispostas à ajudar, Ana Caroline Pantoja, Maria Alexandre, Flavia Eugenia Souza.

Ao Centro de Documentação e Memória da Amazônia – CCPA, Biblioteca Arthur Reis e Biblioteca Mario Ypiranga, pela disposição e ajuda para a pesquisa. À Fundação Biblioteca Nacional, disponibilizando arquivos digitais.

Aos colegas de trabalho e às crianças que acompanhei durante atuação na Semed Manaus, que trouxeram entusiasmo e estímulo nesta jornada.

A todos que me apoiaram e me deram forças. Sinceros agradecimentos!

## NOTA EXPLICATIVA

A pesquisa que propomos neste Trabalho de Conclusão de curso é fruto de investigação realizada no PIBIC, nos anos de 2021-2022, sob o título “A FACULDADE DE *SCIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAES DE MANÁOS*: ORIGEM e TRAJETÓRIA: 1909-1930 (PIB-H/0016/2021).” Orientado pelo prof. Dr. Fábio Souza Corrêa Lima. Após o término de Iniciação Científica, demos continuidade à investigação, reformulando o recorte temporal para as duas primeiras décadas (1909-1927), dando ênfase ao período de criação e anos iniciais de funcionamento até seu reconhecimento federal.

A pesquisa caminhou para construção do TCC (trabalho de conclusão de Curso), sendo revisado o texto, expandindo a pesquisa, visitando as fontes primárias e os autores de base metodológica. A construção do TCC ocorreu durante as disciplinas de OTF1 (Orientação de Trabalho Final) e PTF2. Apresentado o texto completo na disciplina Seminário Final de Pesquisa.

Nesse período, continuando sob as orientações com o prof. Dr. Fábio Souza Corrêa Lima, realizamos uma adaptação para o formato de artigo, resumindo as principais ideias do texto. O resultado final de artigo foi submetido a Revista “Educação & Realidade,” sob o título “A FACULDADE DE *SCIENCIAS JURIDICAS E SOCIAES DE MANÁOS*, 1909 – 1927,” atualmente encontra-se em avaliação.



## RESUMO

O presente estudo aborda as origens e os primeiros anos da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus pelo olhar dos jornais acadêmicos amazonenses das décadas de 1909 a 1920. Também tem como objetivo abordar o processo de reconhecimento da faculdade pelos órgãos federais competentes e analisar o posicionamento da imprensa acadêmica acerca desse processo. A metodologia utilizada é a de análise dos periódicos, aliada ao conceito de memória, contextualizada sob uma abordagem de história social e cultural. O estudo concluiu que a Faculdade foi fruto do contexto histórico de Belle Époque manauara, perfazendo os ideais de uma elite intelectual quanto a modernização da capital amazonense.

**Palavras-chave:** História da Educação; Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus; Faculdade de Direito do Amazonas; Memória; Manaus.

## **ABSTRACT**

The present study addresses the origins and early years of the Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus through the eyes of academic journals from the Amazon from the 1909s to the 1920s. position of the academic press about this process. The methodology used is the analysis of journals, combined with the concept of memory, contextualized under a social and cultural history approach. The study concluded that the Faculty was the result of the historical context of the Belle Époque of Manaus, fulfilling the ideals of an intellectual elite regarding the modernization of the Amazonian capital.

**Keywords:** History of Education; Faculty of Legal and Social Sciences of Manaus; Amazonas Law School; Memory; Manaus.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Cartão-postal da cidade de Manaus, 1909.....	21
FIGURA 02: Faculdade de Ciências Jurídicas com segundo pavimento, à Praça dos Remédios, cartão-postal, década de 1940.....	39
FIGURA 03: Prédio da Universidade de Manaus, antigo Grupo Escolar Saldanha Marinho, 1911.....	40
FIGURA 04: Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Rua Joaquim Nabuco, 1915.....	41
FIGURA 05: Prédio da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, funcionando como Grupo escolar Silvério Nery, Praça dos Remédios, 1920.....	42
FIGURA 06: Periódico Archivos, 1915.....	43
FIGURA 07: Revista Acadêmica, 1922.....	45
FIGURA 08: Turma de bacharéis, 1922.....	47
FIGURA 09: O Acadêmico, Coluna de apresentação, 1926.....	48

## LISTA DE ABREVIÇÕES/SIGLAS

& <sup>a</sup>	Comercial/Companhia
ACA	Associação Comercial do Amazonas
AVE	Associação Vulgarizadora de Ensino
BNDigital	Biblioteca Nacional Digital
Dr.	Doutor
Exmos Snrs	Excelentíssimos Senhores
FACED	Faculdade de Educação
IGHA	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
Mme.	Mademoiselle (senhorita)
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
ROADWAY	Porto Publico de Manaus
Srs.	Senhores
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
VV. Exas	Vossa Excelência

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
<b>I. BELLE ÉPOQUE, BORRACHA E EDUCAÇÃO NA CAPITAL DO AMAZONAS</b>	<b>19</b>
1.1. A MODERNIZAÇÃO DE MANAUS NO PERÍODO DA BORRACHA	19
1.2. CULTURA LETRADA E A ESCOLA UNIVERSITÁRIA LIVRE	24
<b>II. A FACULDADE DE CIENCIAS JURIDICAS E SOCIAES DE MANÁOS</b>	<b>30</b>
2.1. O RECONHECIMENTO FEDERAL	36
2.2. A QUESTÃO PREDIAL DA FACULDADE DE CIENCIAS JURIDICAS	40
<b>III. OS PERIÓDICOS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS</b>	<b>43</b>
3.1. ARCHIVOS E REVISTA ACADEMICA: CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA	43
3.2. O ACADEMICO: O OLHAR DOS ESTUDANTES	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
FONTES E REFERÊNCIAS	55

## INTRODUÇÃO

Nosso estudo se debruça sobre o início do século XX no norte do Brasil, verificamos, tal como aconteceu na Europa revolucionária do século XVIII, um processo de crescimento das cidades e de formação de uma classe operária. Os movimentos migratórios, comparadas a um *turbilhão* por Berman (1986, p. 17) ao se referir à modernidade europeia e suas revoluções. Nesse intuito, caracteriza a região amazônica quando ocorreu o *boom* da economia do látex, atraindo diversos imigrantes estrangeiros para as atividades comerciais e os nordestinos para mão de obra da borracha.<sup>1</sup>

Manaus nesse período, passa por uma onda de construções, se torna uma cidade rica, progressista e uma típica urbe moderna, ou espelho do mundo burguês que respirava ares modernizantes. Nesse cenário econômico e cultural que se cria na cidade de Manaus, vemos florescer uma cultura letrada que se formava com o desenvolvimento urbano, que propiciou a criação da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, como parte da Escola Universitária.

As ideias modernizantes e a economia capitalista europeias foram trazidas para o Brasil e encontraram um ambiente ideal na região norte, entre o final do século XIX e no início do século XX. Trata-se do crescimento econômico impulsionado pela exploração de seringais, mão-de-obra barata proporcionada pela migração de nordestinos e maior liberdade das elites locais em relação às capitais do sudeste, graças ao afastamento geográfico. Era necessário, no entanto, adaptar os habitantes a essa modernidade, isto é, realizar uma verdadeira transformação do ser social manauara.

Em nosso estudo, que tem como recorte espacial a cidade de Manaus, abordamos essas transformações com foco na educação. Dessa maneira, considerando a dinâmica capitalista que se impunha sobre a região, abordamos a importância da instalação da Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaes de Manaus* na configuração de um novo estilo de vida na capital do Amazonas.

---

<sup>1</sup> Economia da Borracha se refere ao período de exportação da goma elástica, entre 1870 a 1912, época de apogeu, que trouxe riquezas para a cidade de Manaus. Exploração do látex da árvore *Hevea Brasiliensis*, que era comercializado para fazer bolas, sapatos, pneus, pelas Casas Aviadoras, exportando para Nova York e Liverpool. Nesse sistema havia o seringal, área de cultivo do vegetal; o seringueiro, extrator do látex e o seringalista, dono do seringal (FILHO, 2000).

Ao abordar esse período, notamos que se impõe sobre nós o cenário de uma vida agitada e tumultuada, das modas, do maquinário, das belas vitrines, tudo isso externando o sentimento de modernização experimentado. A nova arquitetura tomava o espaço dos antigos arraiais amazonenses, sendo agora baseados em projetos de cidades como Paris, Londres e São Petersburgo, que abrigavam o que era considerado de mais avançado.

Segundo Marshal Berman (1986), na teoria da modernidade, o personagem Fausto de Goethe representa o projeto modernizante nas cidades. Primeiro como o *Sonhador*, aquele que planeja, sonha lutando contra o velho mundo, desconfigurando a sociedade patriarcal e feudal. Fausto participa de uma cultura que abriu uma amplitude e profundidade de desejos e sonhos humanos que se situam muito além das fronteiras clássicas e medievais. Ao mesmo tempo, ele está inserido numa sociedade fechada e estagnada, ainda incrustada em formas sociais típicas do feudalismo e da Idade Média. Ou seja, para Berman, este é o homem que sai de uma era ultrapassada e adentra na vida em mudanças com as indústrias e crescimento do mundo urbano. Um paralelo que pretendemos alcançar ao abordar o fomento da educação superior no estado do Amazonas.

Sobre os Discursos de Modernidade por qual a cidade passou e se inseriu a Faculdade e Universidade de Manáos, abordamos as teorias de mudanças dos sujeitos na configuração da modernidade do século XX; do homem que quer criar, se intelectualizar, crescer e prosperar, e esses sujeitos são os criadores da Escola Universitária, aqueles que planejaram.

Nossa pesquisa consiste em uma investigação de caráter documental e bibliográfico, com verificação de referencial teórico publicados em revistas, livros, periódicos, artigos, a fim de contextualizar com as fontes primárias que são: o periódico *O Acadêmico* (1926/7), revistas *Archivos* (1914) e *Revista Acadêmica* (1922).

Através das fontes e do periódico, verificamos o início da trajetória da instituição, podendo adentrar no dia a dia e vida daqueles sujeitos que ali conviveram, o que escreviam ou denunciavam nos periódicos. Para além da análise da bibliografia específica para a área, nossa metodologia aborda análise de periódicos, com base nas teorias de LUCA (2005); e PASQUINI (2014).

A escolha das fontes citadas se deu pela possibilidade de conhecer não apenas a trajetória da instituição que estudamos, mas também um pouco da vida de alguns sujeitos que estiveram envolvidos na sua criação. São sujeitos que escreviam matérias nos jornais,

envolvidos com a Faculdade, tornando públicas as suas aspirações, as suas críticas e os seus interesses.

Segundo Luca, “O pesquisador de jornais e revistas trabalha com o que tornou notícias, será preciso dar conta das emoções que levaram a decisão de publicidade.” (2005, p. 140) Importante levar em consideração ainda, que os jornais e revistas não são obras solitárias como aponta a autora, mas reúne um conjunto de indivíduos, agregam pessoas em volta de uma determinada ideia, crença e valores. E nesse campo de periódicos, a “Educação se torna parte integrante da História, e está relacionada com o contexto econômico, político, cultural e social da época a que se insere.” (PASQUINI, 2014, 264)

Nossa base de fonte se encontra no sítio da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no acervo BNDigital – Obras gerais e Hemeroteca Digital, com quatro números do periódico O Acadêmico Ano 01/nº1-1926; Nº2; Nº3; Nº4.

Outra parte da pesquisa trata-se de cópia impressa da Revista da Escola Universitária Livre de Manaus - *Archivos* Ano IV, Vol IV, Nº 3 – 1914 (Edição Fac-similar de recuperação gráfica e trabalho de restauro, publicado pela Imprensa Universitária e ACA – Associação Comercial do Amazonas, 1989)

A terceira fonte, Revista Acadêmica da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais: Edição Histórica Comemorativa dos 90 anos, edição fac-similar do primeiro número – 1922. Publicada pela Editora Valer, 1999. Além desta edição da Revista *Archivos*, realizamos pesquisa nas fontes primárias dos anos I, II, IV, V, VIII entre 1911 a 1920, disponíveis no Acervo documental da Biblioteca Mario Ypiranga do Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA). Assim também da Revista Acadêmica, Ano II, Nº2, 1923 em sua edição original, biblioteca Arthur Reis.

Através do olhar cultural sobre a instituição e sua importância social na cidade de Manaus. Trabalhamos com as categorias de análise – Memória e Identidade, o sentido de lembrança, um legado coletivo que reforça a identidade da Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaes*.

No campo Periodismo, refletimos acerca do discurso, concepções, a difusão do que se quer passar na notícia, crítica, a representação da Faculdade pela voz de seus discentes, desvendando o lugar social a partir do que discursa. “Nas páginas dos periódicos, é possível evidenciar a riqueza de um corpo documental, e neste perceber as correntes ideológicas, mobilizações, condições de vida e trabalho, além da politização (LUCA, 2005, 119).”



As transformações do século XX foram perscrutadas pela imprensa, a aceleração do tempo, artefatos da modernidade. Tudo foi documentado pelas revistas e jornais, os automóveis, bondes, eletricidade, cinema, casas noturnas, fonógrafos, toda a difusão dos novos hábitos, novos valores, espaços públicos, e tudo isso que era narrado nos periódicos, virou preocupação para os historiadores que buscavam as respostas para essas mudanças do século XX, da vida moderna, da civilidade, na imprensa periódica.

Com base nos documentos, fizemos coleta de informações, partindo para a segunda etapa que consiste na interpretação das fontes e diálogo com os autores apresentados, sob perspectiva histórico cultural e social buscando com isso o resgate de parte da história da intelectualidade da cultura amazonense e da instituição e atores envolvidos.

Trata-se da memória de criação da Faculdade e seu funcionamento nas primeiras décadas, organização, em diálogo com a sociedade que a cercava. Diante do exposto, surge a pergunta: - Como a Faculdade de *Sciencias Jurídicas* se inseriu e o que representava na Manaus de 1910 a 1927? E no segundo momento, o que mudou em sua estrutura e relações socioculturais. A pesquisa tem por análise o contexto histórico em que a Faculdade se desenvolveu e foi instalada, o porquê de ela ter sido concebida; seus impactos; os atores sociais envolvidos; a política em que estava agregada, a Legislação Educacional; a cultura.

A partir da História Nova,<sup>2</sup> o periódico tornou-se objeto de pesquisa. Justifica-se como instrumento de manipulação de interesses, e de intervenção da vida social. Através das páginas dos periódicos, é possível evidenciar a riqueza de um corpo documental, e neste perceber as correntes ideológicas, mobilizações, condições de vida e trabalho, além da politização (LUCA, 2005).

Investigar sobre a Faculdade de *Sciências Jurídicas e Sociaes de Manáos* sugere um diálogo com a história da intelectualidade da cultura amazonense e da instituição que fazia parte da primeira experiência universitária do Brasil: A Escola Livre de Manáos. Trata-se

---

<sup>2</sup> Nova História trata-se de um termo de mudanças ocorridas na historiografia a partir da História dos Annales, apresentando novos modos de escrever a história. Surgindo nesse sentido vários objetos de estudos, campos e categorias de análise. Rompe com a história positivista, abrindo espaço para novas pesquisas e novas fontes, como os periódicos e a imprensa. Através desse novo olhar, pessoas comuns ganham voz e a representação do passado, longe do fato e objetividade, ocorre interpretações (BURKE, 2008)

ainda de uma necessidade de estudos institucionais da região, durante o período de auge da borracha e também do período de sua crise.

Os elementos do passado trazem um legado, uma forte influência na construção da identidade de pessoas e regiões, atribuindo a elas formas de pensamento e práticas comuns. Visto que “a memória perpetua a recordação e está interligada à sociabilização dos indivíduos” (LE GOFF, 2013, p. 417).

O recorte temporal trazem as dificuldades iniciais de concretização da instituição, locais dos prédios que abrigariam os cursos, luta pela existência individual, independente da Universidade de Manáos que se encontrou em decadência em 1927.

A escolha do recorte temporal teve a preocupação de recuperar parte desta história que faz parte da História de Manaus, envolvendo os processos de conquista, as redes de sociabilidades da instituição com outros órgãos e sua inserção no cenário cultural. Seu início abrange o *Fin-du-siècle* tardio e um período de Modernidade que a economia gomífera trazia à cidade, seus criadores eram militares, e a faculdade se transformou para atender a um seletivo grupo da elite, demonstra este estudo, o desenvolvimento no campo educacional, jurídico e institucional.

Dessa forma, este estudo é relevante por sua contribuição ao campo da história da educação e da sociedade amazonense como um todo. Demonstra contribuir ainda ao campo do político, social e cultural de nosso estado, pois foi por meio do funcionamento desta instituição que a nossa sociedade se desenvolveu.

No primeiro momento buscamos abordar o cenário econômico e cultural da cidade de Manáos, junto à cultura letrada que se formava com o desenvolvimento urbano, que propiciou a criação da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, como parte da Escola Universitária.

O segundo momento consistem sua criação e equiparação da Faculdade juntamente com a problemática de sede predial.

No terceiro momento, destacamos os periódicos da instituição –A revista Archivos e a revista Acadêmica, abordando um memorial da instituição; e o jornal O Acadêmico, dialogando o expediente à notícias da época.

## I. BELLE ÉPOQUE, BORRACHA E EDUCAÇÃO NA CAPITAL DO AMAZONAS

### 1.1. A MODERNIZAÇÃO DE MANAUS NO PERÍODO DA BORRACHA

O pensamento modernizador nas cidades implicava na remodelação, higienização e saneamento das regiões urbanizadas. Um conjunto de intervenções tidas como necessárias para que as cidades se tornassem frações de “uma Europa possível”, escondendo ou destruindo o que significava atraso ou vergonha aos olhos das elites sociais (VELLOSO, 1988).

Nos projetos modernizantes, a figura do prefeito se tornou uma espécie de Fausto, personagem do poema de Goethe. Fausto foi um *sonhador*, um *amador* e, por fim, um *fomentador* da modernidade, exatamente o que faziam os prefeitos importando a estética e o modo de vida europeu. Nas palavras de Marshall Berman (1986, p. 59) sobre esses movimentos, temos o seguinte:

O imenso canteiro de obras ampliou-se por todas as direções, em constante mudança e forçando os figurantes a mudar também. O fomentador é que constrói um novo cenário moderno, onde tudo que está no meio do caminho deve ser afastado ou escondido, pois a civilidade se recusa a ver. Fausto é o destruidor e o criador de um mundo social novo, que muda a vida de todos, mas esvazia o velho mundo e o destrói. O novo homem vivencia novas forças econômicas, políticas e sociais.

Nesse processo ocorreu a política do Bota Abaixo, que afastava do centro os barracos, casas de palha para mostrar uma paisagem europeia com os *boulevards*, as arquiteturas pomposas. Tão logo se livra de todos os obstáculos no caminho, e constrói um novo cenário moderno, onde tudo que está no meio do caminho deve ser afastado ou escondido, pois a civilidade se recusa a ver (BERMAN, 1986).

Na cidade de Manaus, o governador Eduardo Ribeiro foi um construtor da nova cidade aos moldes europeus. O ciclo próspero de comercialização da borracha propiciou um momento econômico de bonança à pequena cidade que há menos de vinte anos ainda era apenas uma vila. O acelerado crescimento urbano ocorreu com um argumento comercial, produtivo, econômico. O desejo, tal como na cidade de Manaus, era o reconhecimento como “Paris dos trópicos” (NEEDELL, 1993).

Em quase toda a região norte do país, via-se desde o século XIX até o início do século XX um momento econômico ímpar na sua história. O grande momento da economia gomífera

(popularmente chamada de ciclo econômico da borracha) se refere ao período de forte exportação do látex, entre 1870 a 1912. No seu apogeu, quando as indústrias europeias utilizavam em larga escala esse material achado exclusivamente no norte do Brasil, a comercialização dessa riqueza natural estabeleceu uma era de transformações na cidade de Manaus, chamada de Belle Époque manauara. Tratava-se de um sistema por enriquecimento sintetizado na exploração da seringueira (árvore utilizada para produção do látex) e dos seringueiros (mão de obra explorada na fabricação da borracha). Na economia de exploração do látex, se caracterizava portanto, pelo seringal, área de cultivo do vegetal; o seringueiro, extrator do látex e o casas aviadoras e exportadoras e o seringalista, dono do seringal, que gozava os efeitos da acumulação de capital (FILHO, 2000).

Na cidade de Manaus, especificamente, uma série de intervenções urbanísticas foram realizadas pelo governador do estado do Amazonas Eduardo Gonçalves Ribeiro (1890 – 1981/ 1892 – 1896). Ribeiro não foi um nome comum para a história do Amazonas. Ele era um homem negro, nascido em São Luiz do Maranhão, em 18 de setembro de 1862. De família humilde, atuou como sapateiro antes de terminar o ensino secundário em humanidades no Liceu Maranhaense (BITTENCOURT, 1973). Formado, Ribeiro começou a atuar no periódico ‘O Pensador’ (apelido que mais tarde foi atribuído a ele), um jornal crítico e anticlerical. Viajou para o Rio de Janeiro, onde fez bacharelado em Ciências Físicas e Naturais e Engenharia (MONTEIRO, 1990).

Nesse contexto de formação e crescimento pelos estudos, Ribeiro foi promovido a 2º tenente e enviado para Manaus em 1887. Na cidade, assumiu diversos cargos de prestígio. Entusiasta e divulgador dos ideais republicanos foi convidado para fazer parte do governo provisório de outro militar, o oficial Augusto Ximeno de Villeroy (primeiro após a Proclamação da República). Quando Villeroy foi transferido para o Rio de Janeiro, coube a Ribeiro governar o estado, sendo reconduzido posteriormente para um mandato de quatro anos (BERTARELLI, s.d. online). Sua morte ocorreu em 14 de outubro de 1900. Uma história de suicídio marcada por controvérsias que persistem na literatura regional até os dias atuais (MATOS, 2016).

O governador Eduardo Ribeiro, ainda sob o ciclo próspero de comercialização da borracha, proporcionou um momento transformação à pequena cidade que há menos de vinte anos ainda era apenas uma vila. Construções rápidas de ricos prédios, as ruas largas e calçadas com granito, os jardins bem cuidados, as calçadas alinhadas, os cafés chiques, a iluminação

pública, os bondes, os telégrafos, o sistema esgoto e o comércio mudaram a cara da cidade de Manaus. Buscava-se mostrar uma cidade civilizada e próspera, burguesa e capitalista (MESQUITA, 2005; DAOU, 2000).

Em 1908, Manaus possuía 80.000 habitantes. Possuía água encanada, telefones, bondes, porto flutuante com características da engenharia inglesa,<sup>3</sup> mercado, estabelecimentos comerciais, hotéis, restaurantes e repartições públicas. Como vemos na imagem.

**Fig. 1. Cartão-postal da cidade de Manaus, 1909.**



**Fonte: Biblioteca Nacional.**

A imagem mostra um desenvolvimento urbano que ocorreu na cidade de Manaus no período de comercialização da borracha, com um ideal de progresso e civilidade que se difundiu em todas as capitais brasileiras que buscavam ares modernizantes no final do século XIX e início do século XX, a Belle Époque. Em pouco tempo, pequena “cidade de palha” cedia espaço para a “Paris dos Trópicos”, com seu luxuoso Teatro Amazonas, o Palácio da

---

<sup>3</sup> O porto de Manaus na época da borracha, desempenhava um papel vital para a cidade, pois a ligava com o mundo e com o mercado mundial, um sopro do progresso. Nele passavam pessoas de várias nacionalidades. As firmas inglesas realizavam serviços trazendo equipamentos modernos, mas também exploração e cobranças como a empresa *Manáos Harbour Limited*, para transformar o antigo Porto de lenha em um porto moderno, espelho do mundo burguês. O Roadway assim chamado, era a porta de entrada da Paris das Selvas. O roteiro de passeio dominical das famílias manauaras. (PINHEIRO, 2003)

Justiça, a Biblioteca Pública, a Alfândega, a Penitenciária do Estado, o Porto Flutuante. Todas essas obras marcaram um momento de efervescência intelectual e cultural. Como expõe DIAS (2007, p. 29).

A modernidade de Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pelas avenidas, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma paisagem natural, destrói velhos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo.

A região vivenciava culturalmente modos franceses, embora, na prática, ainda dependesse comercialmente de Londres (BURNS, 1966). Em outras palavras, em Manaus, tomava-se o chá das cinco no *Restaurant Française*, que era iluminado pela empresa inglesa *Manaus Light Company*.

As linhas de paquetes a vapor de Liverpool traziam desde cavalos de raça árabe, joias, relógios de algibeira, tecidos, fogões ou fornos de ferro, pianos ingleses e produtos de outras capitais modernas como as modas, folhetins, operetas de Paris, máquinas de costura norte-americana, frutas, peixes, chope (ALENCASTRO, 1997). Tudo isso para uma cidade de 80.000 habitantes, cujo principal meio de chegada era pelo Porto de Manaus, construído com características da engenharia inglesa. Atuavam como espelhos para o mundo burguês, empresas como a *Manãos Harbour Limited*, que ao transformar o antigo porto de lenha no chamado *Roadway*, oferecia na entrada da Paris das Selvas um roteiro de passeio dominical para as famílias manauaras (PINHEIRO, 2003).

As construções e transformações na cidade corroboravam o que Henri Lefebvre (2011) sentenciou sobre essa era: a urbanização e a industrialização caminham lado a lado. Aos olhos daqueles que estavam empolgados com as ideias advindas de um liberalismo que propagandeava a prosperidade e o progresso, o período da Belle Époque no Amazonas.

Tanta riqueza concentrada em uma cidade denotava também oportunidades de investimento e trabalho por toda região norte e nordeste, e fora do país. Muita gente que buscava prosperar, ouvindo histórias de lugar fácil de fazer fortuna, onde o dinheiro corria em desvario, tomou o caminho de subida do Rio Amazonas (PINHEIRO, 2003). Os movimentos migratórios, comparados a um *turbilhão* por Marshall Berman (1986, p. 17), trouxeram a cidade de Manaus, imigrantes de várias nacionalidades. Paquetes e embarcações com

nordestinos, ingleses, franceses, judeus, sírios, alemães e italianos trouxeram um ar cosmopolitano ao diálogo com descendentes de portugueses, indígenas e caboclos (LOUREIRO, 2008; BECHIMOL, 1999).

Manaus ganhou fluxo de empresas estrangeiras interessados nos benefícios financeiros da exportação da borracha, surgindo um cenário urbano com todo tipo de produtos e arquitetura moderna. Segundo Edward Brandford Burns (1966, p. 10):

No Amazonas, cidade de Manáos, havia um grande contingente de empresas estrangeiras importando esses produtos, como *Smith and Wesson*, *Collins* terçados, a empresa Victor que comercializava gramofones, sapatos *Walk-over*, os perfumes *Lubin*, *Whiskey Blach and White*, *Gin Booth*, empresa *Fussel* de leite condensado, os motores da Otto, licores *Bardinet*, maquinas de escrever *Sun*, automóveis *Deutz*, as manteigas da Escandinávia. Na vida comercial de Manaus, os britânicos comercializavam intensamente devido à linha de tráfego a Londres, seus navios traziam a libra esterlina, e fundaram o banco inglês. Os hábitos eram franceses, o gosto e estilo buscava o espírito de vida parisiense. A língua francesa era ensinada na Escola Normal, as mulheres usavam vestidos da *Au Bom Marché*, *La Ville de Paris*, *Parc Royal*, *Mme. Marie*, e o paladar preferia *escargot e patê de foie*.

Segundo escreve Ana Maria Daou (2000), o auge de exportação da borracha fez nascer muitos ricos ainda jovens. Eram exportadores europeus ou comerciantes ligados a urbanização e administração da cidade e dos seringais. Com efeito, Manaus, na virada para o século XX, já possuía uma elite de grandes comerciantes, profissionais liberais e políticos, todos ligados à exploração do látex, mas ainda dependentes de uma formação de fora do estado.

Manaus já abrigava uma cultura letrada, retratada na época por intelectuais e membros da elite local com formação secundária, com recursos financeiros para ir além. Nesse sentido, a educação assume grande importância no processo de representação da cidade que se organiza. Sobre isso que abordamos a seguir.

## 1.2. CULTURA LETRADA E A ESCOLA UNIVERSITÁRIA LIVRE

O projeto modernizante de *Manáos* ocorria além do comércio e arquitetura, havia uma população recém instalada na capital, cosmopolita e descomprometida com as tradições locais de épocas provincianas. Desde o início do século XX, Manaus recebeu muitos forasteiros das demais unidades federativas do Brasil como de outras partes do mundo, e muitos eram jovens recém formados que junto aos amazonenses criaram uma elite intelectual. Conforme aponta MENEZES (1959, p. 12):

(...) num sentido construtivo de espiritualidade e vida intelectual, Manaus recebera, debaixo da fascinante atração eufórica, a vinda agradável e valiosa de inúmeros jovens recém formados, advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos, agrônomos, militares e geralmente nordestinos de fervor, todos contagiados em seu idealismo pelo Direito e Liberdade.

A elite intelectual pertencia a uma classe social média e alta da sociedade manauense que buscava se firmar através do ensino superior na capital. Segundo Edward Thompson, a experiência de classe é determinada pelas relações de produção, mas a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 2004). Percebe-se que, naquele período, essa elite intelectual atuou como fomentadora de cultura letrada através da experiência de instituição de ensino superior para formação social e educação política. A Faculdade de Ciências Jurídicas foi uma instituição social e cultural criada pelo ciclo de bonança que Manaus passava. Fenômenos sociais e culturais não correm atrás dos econômicos após longa demora; estão, na sua origem, imersos no mesmo nexo relacional (Thompson, 2004).

A partir da criação da província do Amazonas (1850) e o auge da economia gomífera (final do século XIX), o aparato estatal burocrático cresceu rapidamente e, com ele, a necessidade de investimentos na formação educacional local. A ideia residia no controle do tempo e do espaço, isto é, não apenas da cidade, mas também do cidadão. Para isso era necessário inserir o manauara na vida sedentária de propriedade familiar sob a ótica da vida moderna do homem branco europeu. Alegava-se para esse fim que havia um atraso na vida educacional amazônica, devido aos modos da população, oriunda de povos que se deslocavam de acordo com atividades extrativistas (RIZZINI, 2011).



Na gestão de Eduardo Gonçalves Ribeiro, chamado pelos periódicos de ‘O pensador’, foram abertas vinte e duas escolas, sendo cinco masculinas, seis femininas e onze mistas. Até aquele momento, o aparato educacional do estado era ainda mais limitado, contando quase que exclusivamente com o Liceu Provincial Amazonense, aberto em 1869 e a Escola Normal do Amazonas, que iniciou seus trabalhos em 1880 (DUARTE, 2009).

Certamente, a construção de escolas de primeiras letras ocasionou a redução do número de analfabetos em relação à população total do estado. Mesmo com essa redução, segundo escreveu Ribeiro (2014) e Peixoto Pinheiro (2003), o grupo de pessoas que sabiam ler e escrever ainda era muito pequeno.

Fora dos domínios da elite, havia poucas categorias de trabalhadores urbanos com taxas de escolarização elevada. No trato com a palavra impressa, transitavam com certa desenvoltura no restrito universo da cultura letrada, enquanto a ampla maioria dos trabalhadores brasileiros era constituída de iletrados (PINHEIRO, 2003, p. 3).

Considerando todos os avanços técnicos proporcionados pelo crescimento econômico, a educação assumiu grande importância no processo de representação da cidade que se organizava e se pretendia tão moderna quanto às cidades europeias. Apesar disso, no início do século XX as famílias abastadas de Manaus ainda repetiam um procedimento típico do Brasil Colonial: o envio de seus filhos para formação superior no exterior (DAOU, 2000). Diante dos avanços políticos e dos recursos econômicos na capital amazonense, no entanto, essa situação estava para mudar.

A escolaridade foi um diferenciador social, sobretudo pelas dificuldades impostas à concretização dos estudos secundário e superior no Amazonas. O subsídio à formação dos jovens amazonenses foi prática comum daquela sociedade: a educação era vista como investimento inquestionável de aprimoramento e construção da diferenciação social. Sair para estudar forneceu as bases sobre as quais a elite se consolidou. Aos que retornavam, era garantida a inserção na vida urbana no exercício de cargos públicos (DAOU, 2000, p. 979).

Como em quase todo país, realizar o ensino superior na Europa – e em algumas cidades do Brasil, como Salvador e Rio de Janeiro – naquele período ilustrava o *status* das famílias tradicionais. Mas, em Manaus, essa formação no estrangeiro havia se tornado uma política

beneficiando a elite na medida em que o financiamento para a graduação vinha de recursos do erário estadual e municipal. Em outras palavras, o estudo dos filhos da elite manauense era financiado pelos cofres públicos.

Segundo a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2007), os alunos secundaristas que se formavam no Ginásio Amazonense podiam ser aceitos em cursos superiores de todo o país, contudo, isso não acontecia. O Ginásio Amazonense era uma referência educacional para a sociedade manauara, padrão de conduta e ensino que seguia o modelo nacional. O instituto era destinado a uma minoria com conhecimentos necessários aos exames admissionais. Formava jovens prontos a ingressar no ensino superior, com validação em todo território nacional e internacional (TAVARES, 2020)

Contudo, como explana Daou (2000), muitos estudantes que se formavam no ensino secundário, não conseguiam recursos, subsídio para prosseguir os estudos fora da capital. Esse benefício de bolsas de estudo era concedido através da Assembleia Estadual, somente os filhos de deputados e dos que atuavam junto à municipalidade.

O processo de seleção dos estudantes que fariam graduação no exterior acontecia de forma aparentemente republicana, sendo os pedidos de bolsas de estudo levados à Assembleia Estadual. Nesta mesma casa, segundo escreve a historiadora Edinea Dias (2007), muitos representantes eram eleitos com recursos de campanha oriundos das elites do estado, os valores para as bolsas eram colocados à disposição destes mesmos colaboradores das campanhas dos deputados.

Outros grupos sociais, no entanto, também estavam interessados na formação de suas próximas gerações. Com o enriquecimento proporcionado pela economia da borracha, famílias de comerciantes enriquecidos passaram a financiar os estudos de seus filhos (DIAS, 2007), ao passo que também pressionavam a Câmara pelo acesso aos recursos públicos. Em outras palavras, obter o título de ensino superior significava para essa pequena burguesia um degrau de *status* social, visto que a educação assume grande importância no processo de representação da cidade que se organiza, pois cargos públicos estariam disponíveis a essa elite letrada. Além disso, o projeto modernizante de *Manáos* ocorria além do comércio e arquitetura, para um campo imaterial, cosmopolita e intelectual

Esse quadro de ensino superior garantiu a Manaus um contingente de doutores formados em Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Lisboa, Roma e Paris. A elite letrada e experimentada em um ambiente cosmopolita europeu com refinamento intelectual

via em Manaus um ambiente educacional e cultural acanhado. Muitos dos formados decidiam não retornar ao Amazonas. Os que voltavam, montavam estratégias de ambientar uma vida literária, fomentando direta ou indiretamente a cultura local com a criação de bibliotecas, cafés literários, periódicos e clubes (DIAS, 2007).

Apesar de haver uma elite de doutores na cidade, era uma minoria, a cidade possuía uma carência de médicos, advogados e pessoas formadas, além de não ter faculdades para o ensino superior. A criação de cursos superiores eram voltados exclusivamente às principais carências da sociedade manauense no início do século XX. É nesse cenário que se encontra a criação dos cursos jurídicos na Manaus da Belle Époque. Homens com sentimentos de entusiasmo e empolgação modernos que buscam criar, se intelectualizar, crescer e prosperar, e esses sujeitos são os criadores da Escola Universitária, com as novas aspirações, mudanças sociais e culturais do início do século XX.

Fruto desse contexto, no ano de 1909, Manaus proporcionou o surgimento da primeira experiência universitária da história do Brasil, a Escola Universitária Livre de Manáos (CUNHA, 2007; LIMA, 2020; PINHEIRO, 1999; BRITO, 2004). Assim, ainda sob os últimos respiros do ciclo econômico da borracha, com a participação das elites formadas da capital do Amazonas e do clube de militares (o Clube da Guarda Nacional também era formado por intelectuais), foi projetada uma escola militar que se transformou em universidade, tendo em seu seio a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manáos.

A economia proporcionava a criação e organização do ensino superior, visando não somente a universidade, mas aspirações de uma elite preocupada em organizar um ensino jurídico. Os interesses políticos e valores culturais implicaram na formação da Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaes*, além das aspirações de jovens estudantes secundaristas que idealizavam uma formação superior e da percepção dos militares que remodelaram a instituição em utilidade pública civil. Um contributo para a formação intelectual e moral amazonenses, essenciais para a sociedade que se queria consagrar como civilizada, republicana e moderna.

Manaus – a cidade próspera que abrigava gente de todas as partes, apresentando um amplo desenvolvimento e uma elite que se fixava cada vez mais não precisando sair para enriquecer, foi palco da primeira experiência universitária do Brasil, através da Escola Livre de *Manáos*, fundada em 17 de janeiro de 1909, que passou a denominar-se Universidade de

*Manáos* a 13 de julho de 1913. Seus cursos foram instalados em 15 de março de 2010. Na Revista (*Archivos*, p.68) segundo depoimento dos fundadores:

A ideia de criação da universidade foi a de reconquistar para convívio científico e literário a elite intelectual de então entregue a especulações egoístas, da natureza mercantil, durante o fastígio da borracha.

O crescimento e desenvolvimento da elite letrada e intelectual permitem a criação da Escola Universitária na cidade e com ela a Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaes*, ideal dos militares da época através do Clube da Guarda Nacional do Amazonas. Que aos moldes do que conheciam na Europa e de experiências de cursos separados já existentes em cidades do Brasil, buscaram juntar os cursos, para formar uma universidade.<sup>4</sup>

Importante destacar que quarenta anos antes da fundação da Escola Universitária, Manaus enfrentava uma crise na educação escolar. Na província, o diretor geral de instrução pública, revelou que não era possível fazer uma revolução cultural nos hábitos da população amazônica, pois não havia professor nem vapor para pensar os métodos de ensino. A província moderna precisava ser civilizada e alfabetizada, porém as vilas e povoados do interior estavam entregues aos próprios recursos, pois havia poucas escolas por estes lugares e professor sem capacidade profissional, tão pouco inspeção. Por outro lado, as autoridades educacionais da Manaus em época do ciclo econômico buscavam alcançar esses lugares distantes e implantar o aprendizado da língua portuguesa a povos que falavam somente o *nheengatu*<sup>5</sup> como branqueamento e ideário de civilidade (CARVALHO, 2016).

Durante o auge da borracha, a cidade de Manaus possuía investimento no setor educacional que pode ser entendido como uma forma de se adequar às exigências impostas pela sociedade. Ao defender que o ensino era parte integrante da conjuntura de uma sociedade refinada que devia atender as demandas sociais da época, pois pela primeira vez por meio da educação, interessava aos jovens a questão do ensino propondo um curso superior na capital. A Universidade de *Manáos* e a Faculdade de *Sciencias Jurídicas e Sociaes* foram fruto dos paradigmas da modernidade como projeto de desenvolvimento do ensino.

---

<sup>4</sup> O clube tratava-se de um grupo de militares que buscavam organizar uma escola militar prática, por volta de 1906, para dar instruções práticas e conhecimentos militares aos associados, a fim de formar profissionais.

<sup>5</sup> *Nheengatu*, língua desenvolvida a partir do tupinambá, falada ao longo de todo o vale amazônico brasileiro até a fronteira com o Peru, na Colômbia e na Venezuela; língua geral amazônica. Língua pertencente ao tupi-guarani antigo. (Dicionário *Oxford Languages*, 2023) Língua geral brasileira, funcionou como veículo facilitador do avanço na conquista territorial e cultural da região amazônica, durante o período de colonização.

Em novembro de 1908, o coronel Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves, criou o edital com a resolução: “*Fica decretada na cidade de Manáos, uma escola militar pratica que se denominará, Escola Militar Pratica do Amazonas (Archivos, 1914, p. 70)*”

O ensino da escola se dividia em dois cursos, o preparatório e o superior, ambos de instrução militar. Todo o corpo escolar era composto por militares de alta patente entre capitães, oficiais, coronéis e tenentes. Decorridos do dia 10 ao dia 28 de novembro de 1908, decidem mudar o nome da escola, para Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas. A partir do instituto criado, buscou-se ampliar os cursos, cria-se então o curso de Infantaria e Cavalaria.<sup>6</sup> A escola Militar recebe outra denominação e passa por nova remodelação no estatuto por seus membros de conselho constituinte, e principalmente pelo idealizador do projeto de mudança, Eulálio Chaves, passou a chamar Escola Universitária Livre de Manáos, em 11 de janeiro de 1909, através de ata, houve discussão e votação, surgindo o estatuto da Escola.<sup>7</sup> O primeiro estatuto se refere à remodelação da Escola Militar Pratica para a Escola Universitária, com os cursos de: *Três armas; Engenharia Civil, Agrimensura Agronomia, Indústria; Ciências Jurídicas e Sociaes; Ciências e Letras; Pharmaceuticas e bacharel em Ciências Naturaes.*

O ensino está sendo ministrado por um corpo docente escolhido entre intellectuaes de reconhecida competência, o qual, na sua quasi totalidade, se vem dedicando esforçosamente pelo bom êxito da instituição desde o seu inicio (*Revista, 1922, p.10*)

Subvenções e donativos foram ofertados a universidade, com todos os cursos financiados em parte pelo Tesouro do Estado, Intendência Municipal, e em parte por alguns acadêmicos e lentes da Faculdade *de Ciências Juridicas* que angariavam donativos dos municípios do Amazonas, funcionando por doações de coronéis, doutores, e empresas comerciais. Que inclusive financiaram a revista *Archivos* no valor de 220\$000 (duzentos e vinte mil réis), pelo Dr Gentil Noberto, Manoel Vasconcellos, Major Odilon Prtagi, Seu Sebastião, as empresas Maia &<sup>a</sup>, Pereira &<sup>a</sup>, Belichá &<sup>a</sup>, os srs. José Matins, Horacio

---

<sup>6</sup> Alem destes cursos a Escola Militar oferecia Telegrafia, Economia Política, Fotografia, Inglês e alemão, Direito Internacional, e os cursos militares de infantaria, cavalaria, artilharia, tecnologia militar, mecânica e matemáticas – aritmética, trigonometria e geometria, desenho.

<sup>7</sup> No ano de 1913, a Escola Universitária Livre de *Manáos* recebe o nome de Universidade de *Manáos*.

Amorim, Francisco Salomão; cada um forneceu a quantia de 20\$00 para custeio da revista *Archivos*.<sup>8</sup>

## II. A FACULDADE DE SCIENCIAS JURIDICAS E SOCIAES DE MANÁOS

No final da primeira década do século XX, militares, ao lado de uma elite intelectual que fomentava a cultura local, aspirava pelo ensino superior, fundaram em Manaus o Clube da Guarda Nacional do Amazonas.

Em 10 de novembro de 1908, o tenente coronel Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves publicou uma resolução que mudava o escopo do ensino da instituição: “Fica creada na cidade de Manáos, uma escola militar pratica que se denominará, Escola Militar Pratica do Amazonas” (ESCOLA..., 1915, p. 70) - [Archivos da Universidade de Manáos].

Não fora outra destinação senão servir à mocidade sedenta de estudos na vasta esfera da ciência jurídica. E, servindo aos moços, prestar ao Estado do Amazonas o seu contingente apreciável na formação de elites de pensamento e cultura [...]. A Faculdade de Direito do Amazonas foi alvo de procura da juventude em idade escolar, bem como de adultos e forjou a maioridade cultural do Amazonas, cujos filhos até então ficavam na dependência de escolas superiores além-fronteiras (MENEZES, 1959, p. 257).

Na prática, o ensino da instituição foi dividido em dois cursos, o preparatório e o superior, ambos de instrução característica militar, sendo, contudo, destinados a qualquer civil brasileiro interessado. No mesmo ano de 1908, no dia 28 de novembro, o nome da escola sofreu nova mudança, passando a se chamar Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas. A partir do instituto criado, buscou-se ampliar as formações, dando origem a mais cursos tipicamente militares como Infantaria, Cavalaria, artilharia, tecnologia militar e mecânica e matemáticas – aritmética, trigonometria e geometria e desenho, mas também a cursos

---

<sup>8</sup> Baseada nos interesses de fonte histórica da evolução de instrução superior no Amazonas, os membros que pretendiam fundar a revista, obtinham este intuito. Buscaram negociar com a Imprensa Oficial, o qual conseguiram publicações, com o título de *Archivos da Escola Universitaria Livre de Manáos*, iniciando suas matérias em relações da universidade com congêneres do mundo. Seu primeiro exemplar consta de 1910, porem o exemplar de 1914 foi o mais lido devido a inscrição do Conde ‘Eu, dando felicitações e honras, cumprimentos, além de ser a edição de história da instituição. Até o ano de 1915, foram publicados quinze números *da Archivos*, que eram distribuídos nas instituições intelectuais do Brasil. Buscando elevar o nome da Universidade de Manáos.

voltados para o trabalho civil, como telegrafia, economia política, fotografia, inglês e alemão, direito internacional.

Em 11 de janeiro de 1909, Joaquim Eulálio da Silva Chaves continuava a frente da escola, quando, com o apoio dos membros do conselho constituinte da instituição, realizou uma nova transformação que marcou a história da educação do país, criando a primeira experiência universitária do Brasil. Com ao menos sete cursos superiores, houve a implementação do projeto de criação da Escola Universitária Livre de Manáos (CUNHA, 2007; PINHEIRO, 2002; BRITO, 2004; LIMA, 2020).

Esta era uma necessidade no Amazonas, com uma capital de cerca de 50.000 habitantes e situada tão longe dos centros de estudos que, para seus filhos, devia ser muito penoso e dispendioso procurar esses centros. Essa circunstância favorecerá naturalmente a manutenção da Escola Universitária. (COMO)., 1911, p. 127- [Archivos da Universidade de Manáos].

Mais tarde, em 13 de julho de 1913, após votação do colegiado foi decidida a mudança do nome de Escola Universitária Livre de Manáos para Universidade de Manáos. Na edição de 1915, referente ao período de julho a dezembro de 1914, do periódico Archivos da Universidade de Manáos, o depoimento dos fundadores versava sobre a constituição de um espaço de exercício cultural, conforme apontamos anteriormente.

A ideia de criação da universidade foi a de reconquistar para convívio científico e literário a elite intelectual de então entregue a especulações egoístas, da natureza mercantil, durante o fastígio da borracha (HISTÓRICO..., 1915., 69) - [Archivos da Universidade de Manáos].

Segundo escreve Aderson Menezes, antigo reitor da universidade (1964 – 1965), por ocasião da criação da primeira universidade do Brasil, procuraram identifica-la com a ciência. Dessa forma, o Capitão Pedro Botelho da Cunha, o Tenente-Coronel e engenheiro Eulálio Chaves, o engenheiro civil alemão, naturalizado brasileiro Henrique José Moers, o advogado Simplicio Coelho Rezende, o médico Galdino Ramos, entre outros, escolheram como selo da nova instituição o lema “*In universa scientia veritas*” (MENEZES, 1959). Após instalação dos cursos e definição do lema, a abertura para a frequência dos alunos se deu em 15 de março de 1910 sob sessão magna.

Realizou-se ontem, às 2 horas da tarde, a sessão magna de abertura dos cursos da Universidade com a presença dos Srs. Governador, Inspector da Região Militar, Superintendente e autoridades civis e militares, médicos, advogados, engenheiros, e a imprensa. O Dr Coelho Rezende dissertou sobre a evolução dos cursos de Ciências Jurídicas no Brasil (ABERTURA..., 1914, p. 73) - [Archivos da Universidade de Manáos]

Houve financiamento do Tesouro do Estado, da Intendência Municipal, e, em parte, também de alguns acadêmicos e lentes<sup>9</sup> da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, que angariavam donativos dos municípios do interior do Amazonas. Essas doações do interior vinham de coronéis, doutores, e empresas comerciais.

Cedi à Universidade de Manáos, o prédio do Estado sito à Avenida Joaquim Nabuco, onde funcionou a extinta Repartição de Obras Públicas, Acanhadamente accommodada até então no Grupo Escolar Saldanha Marinho, não podia a Universidade de Manáos com a criação de novos cursos, dar expansão ao seu já notável desenvolvimento, sem que o Estado viesse em seu auxílio (MENSAGEM..., 1914, p. 73) – [Archivos da Universidade de Manáos].

A própria fonte que utilizamos, a Archivos da Universidade de Manáos, também foi financiada com capital privado como esforço de estruturação da universidade. Ela obteve assinaturas no valor de 20\$000 (vinte mil réis) Com efeito, a produção de seus textos não deixava de considerar os méritos de seus doadores (LUCA, 2005; PASQUINI; TOLEDO, 2014).

A formação dos alunos da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais estava no horizonte de acontecimentos, porém, ainda sem reconhecimento estadual e federal. Consciente disso, o estado do Amazonas, nas figuras do legislativo e do executivo, resolveu o problema antes mesmo que as aulas começassem, demonstrava o interesse e a participação pública no processo de construção do curso e da própria universidade. Assim o governador do estado assinou a Lei n.º 601, de 8 de outubro de 1909, que em seu corpo informa:

Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, governador do Estado do Amazonas, etc.  
Faço saber a todos os seus habitantes que o Congresso dos srs. Representantes do Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

---

<sup>9</sup> Lentes: Professor catedrático, o termo denominava professores que ocupavam cadeiras de ensino superior. O termo foi utilizado nas universidades europeias, trazido para o Brasil através da Universidade de Coimbra.



Art. Único – São considerados validos no Estado os títulos conferidos pela Escola Universitária Livre de Manáos e revogadas as disposições em contrário (LEI n.º 601..., 1913, p. 26) – [Archivos da Universidade de Manáos].

Apesar da ação do governador, o reconhecimento federal continuou um problema. Não se tratava apenas de atribuir valor aos diplomas em âmbito nacional, mas também da possibilidade de contar com recursos federais para a manutenção da faculdade e da universidade. Por conta disso, houve uma mudança de posição da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais que atingiu diretamente a Universidade de Manáos, conforme veremos no próximo tópico.

De toda forma, mesmo diante dessas condições, a primeira turma se formou em 1914 com ampla notoriedade social no estado do Amazonas. A imprensa, na figura da Folha do Amazonas, no artigo “Os dias de ensino – Sollenidade de Formatura” (texto reproduzido no Archivos da Universidade de Manáos), perscrutou esse momento especial no início do século XX (LUCA, 2005).

Não se quer que tenho sido outro assunto do dia. O acontecimento tomou as proporções devida á sua importância. As 14 horas, o salão nobre do Gynasio Amazonense, estava deslumbrante, com sua sóbria ornamentação, e assembleia compacta da família amazonense e altos representantes do poder publico, a orquestra dos alunos do instituto Benjamim Constant ocupou o salão sob o maestro João Donizetti, com hino acadêmico, após houve a oratória do ilustre lente Araujo Filho, orador sempre aplaudido, ecoou então o hino nacional cantado por creanças. A colação dos primeiros bacharéis foi um ritual que ficou na memória da universidade, fechando o ciclo do quinquênio [...] (apud OS PRIMEIROS..., 1914, p. 91) - [Archivos da Universidade de Manáos].

Com a solenidade de colação de grau dos primeiros bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais da universidade, a instituição se tornou exatamente o que os seus criadores planejaram: uma referência cultural e intelectual na capital do Amazonas. O evento foi considerado uma conquista para a cidade, permanecendo como memória da instituição a festa em que a imprensa, as autoridades locais e outras milhares de pessoas se reuniram na praça da Constituição com a única finalidade de prestigiar os formandos (OS PRIMEIROS..., 1914, pp. 90-93) - [Archivos da Universidade de Manáos].

“Dar-se-ia em 1914, a formatura da primeira turma de bacharéis, exatamente aqueles alunos inicialmente matriculados no ano de 1910 [...]” MENEZES (1959, p. 64)

A Faculdade de *Sciencias Jurídicas* desde a fundação no ano de 1910, esteve sob a direção do Dr. Simplício Coelho de Rezende e mais tarde Dr. Pedro Regalado Ephiophanio Baptista, permanecendo até 1911.

Aos candidatos havia exame admissional vestibular ou concurso de habilitação, o qual realizavam no Ginásio Amazonense D. Pedro II, com as seguintes matérias: Português; literatura; língua: Francês, italiano, inglês, alemão; Latim; Geografia do Brasil e Geral; Historia da Filosofia, do Brasil e Natural; Matemática; Física e Química. O exame era uma dissertação acerca da disciplina o qual se preparavam no colegial.

Os candidatos ao curso de *Sciencias Jurídicas* realizavam apenas as disciplinas de humanidades, como história geral e do Brasil, Filosofia antiga, medieval e moderna, latim ou francês, geografia geral e do Brasil, letras e literatura portuguesa. A exposição escrita do tema, a defesa e argumentos aprovavam para o curso de direito. Em cada disciplina, a banca examinadora nomeava um presidente e componentes para aprovar ou reprovar o candidato, a banca mudava conforme a disciplina em questão. Na prova escrita, os graus e aprovação constavam na folha de exame. Aos candidatos reprovados, a direção da Faculdade solicitava Exame de 2º época para nova inscrição e tentativa.

Para formalizar a admissão, o candidato devia apresentar a certidão do exame admissional, recibo de matrícula, título de inscrição, o certificado de estudos ginásianos. Os candidatos acompanhavam a lista de classificados ao 1º ano de direito formalizada no Diário Oficial. Em 1912, as provas admissionais foram prestadas na Escola Universitária à Rua Saldanha Marinho.

Nos termos de matrícula geravam fichas dos discentes contendo seu nome completo, filiação, naturalidade, nascimento, data da matrícula, ano do curso, observações de alunos transferidos, ouvintes. No primeiro ano de *Sciencias Jurídicas* e *Sociaes* os discentes terminavam com provas das disciplinas Direito Romano, Filosofia do Direito, Direito Constitucional.

O primeiro ano do curso continha 56 alunos matriculados, colando grau após cinco anos de curso,<sup>10</sup> sendo a maioria, oriundos de estados do nordeste do Brasil,<sup>11</sup> Somente cinco

---

<sup>10</sup> Os diplomas da Faculdade de *Sciencias Juridicas* foram considerados válidos pela Lei Estadual Nº601 de 8 de Outubro de 1909.

alunos eram do Amazonas, Sadoc Pereira (Amazonas), passou a ocupar a cadeira de professor de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito, e Maria Luiza de Sabóia (Ceará) a primeira mulher a colar grau em *Sciências Jurídicas* na capital amazonense em 1917.

Maria Luiza de Sabóia foi a primeira mulher na capital da borracha a receber o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, filha do prof. Dr. Gilberto Ribeiro de Sabóia, vindo do Ceará, com formação na Faculdade de Direito do Recife, foi nomeado lente de Direito Civil na Faculdade em 13 de Novembro de 1909, fazendo parte da abertura da Escola Universitária Livre de Manaus. A formação de sua filha foi uma conquista para as mulheres do período, Maria Luíza tinha 24 anos de idade durante a colação. Vale resaltar que, além dela, outra mulher se matriculou em ciências jurídicas, Hermínia Carneiro que desistiu do curso, retornando alguns anos depois. Apesar da exclusão feminina no início do século XX, Maria Luiza demonstra inovação à figura feminina, contra barreiras ideológicas e sociais que impediam a mulher de se formar. Em contrapartida do discurso da época que colocava a mulher como guardiã da casa e dos filhos, justificativa para submissão intelectual, uma vez que a dedicação aos estudos poderia desviar para o cérebro as energias que deveriam estar destinadas ao amadurecimento do aparelho reprodutivo, o que significava proibição de uma educação intelectual mais apurada (Messias, 2013). O Direito, uma profissão por excelência masculina da época. Percebe-se que, a conquista de bacharel em Ciências Jurídicas à Maria Luiza de Saboia, ocorreu devido o apadrinhamento do seu pai, membro da instituição, que abriu-lhe caminho aos estudos jurídicos se tornando uma representatividade moral feminina no campo jurídico e exemplo à demais mulheres que buscavam educação e o mundo profissional.

A busca pelo título de bacharel pode ser visto como uma espécie de ideal numa nova conjuntura social em que se estruturava o Brasil (SILVA, 2015, p.5). O bacharelismo foi sonho de muitos, pois significava conquista de espaços políticos e cargos de grande influência. O título de bacharel em direito sugeria participação da ordem burguesa, pois ser bacharel simbolizava respeito e notoriedade, erudição, e carreira política (NEDER, 1995)

---

<sup>11</sup> Ceará, (Artur Pereira Studart, Alfredo de Freitas, Francisco Nogueira de Souza, José da Silveira Primo, Manoel de Mendonça Lima, Raimundo Thomé Bezerra, George Cavalcante de Cerqueira) Piauí (Hermes Afonso Tupinambá, João Henrique dos Santos) Pernambuco (João Batista Guimarães), Bahia (Francisco Moreira, Manoel de Miranda Simões), Maranhão (Domingos Alves de Pereira Queiroz), Alagoas (José Chevalier Carneiro de Almeida). Somente cinco alunos eram do Amazonas (Izidoro Alves Mauiné, José Furtado Belém, Manoel Barbosa Gesta, Themistocles Pinheiro Gadelha.

Porem, para além do título de bacharel, os membros da Faculdade de *Sciencias Juridicas e Sociaes de Manáos*, contribuíram para a construção da instituição enquanto formadora de homens da ciência, do direito e que atuaram na política da cidade. Se tornando uma entidade de referencia do ensino jurídico no Brasil, com confiabilidade e respeito na região amazônica, devido a ampla rede de sociabilidade com outros órgãos e levando seus bacharéis a atuarem em várias vilas do interior amazônico.

## **2.1. O RECONHECIMENTO FEDERAL**

O reconhecimento federal exigiu outros esforços do colegiado que compunha a gestão da Universidade de Manáos. Conforme apontamos, tal reconhecimento traria à universidade recursos públicos federais, mas dependia de fiscalizações. Em 1911, a reforma Rivadávia Corrêa, Decreto n.º 8.659, de 5 de abril, pôs fim ao monopólio federal de criação de instituições de ensino superior (BRASIL, 1911). Com isso, instituições particulares surgiram em vários lugares do país, principalmente, após a regulamentação aprovada pelo Decreto n.º 10.106/13, que se refere às subvenções que o governo federal pagaria as instituições particulares para que continuassem o seu funcionamento (BRASIL, 1913).

Em 27 de julho de 1917, a Faculdade de Sicencias Juridicas e Sociais se tornou autônoma quanto a sua estrutura acadêmica e de ensino, mantendo o vínculo administrativo e financeiro com a universidade. Era um primeiro passo para a saída do curso da universidade. A ideia final era manter o curso organizado com as receitas e o patrimônio até ali amealhado, sem as despesas causadas pelos demais cursos da universidade. Dessa forma, alguns meses depois, a Congregação do curso, com o apoio do desembargador e diretor Gaspar Guimarães, começou a discutir sobre a independência econômica e o reconhecimento federal que deveria acontecer pelo processo de equiparação às instituições congêneres do país.

Paralelamente, o diretor da Faculdade solicitou ao ministro de Justiça e Negócios Interiores, a autorização para fazer o depósito da cota de fiscalização na Delegacia Fiscal do Tesouro do estado do Amazonas conforme aponta Aderson Menezes (1959, p.93):

Exmos Snrs. Presidente e mais membro do Conselho Superior do ensino da República: A Faculdade de Ciencias Juridicas e Sociais de Manaus, vem requerer a VV. Exas. que, atendendo à sua idoneidade por ato do secretario de Estado dos Negocios do Interior e Justiça, seja admitida a fazer o deposito

da quota de fiscalização na Delegacia Fiscal do Tesouro Federal neste Estado, a fim de que, corridos trâmites legais, seja reconhecida capaz de expedir diplomas de habilitação profissional que possam ser registrados nas repartições federais e produzem os fins previstos nas leis vigentes.

O período de escassez financeira na universidade foi causado pela crise na economia gomífera. A competição com a borracha comprada em seringais do sudeste asiático – Índia, Ceilão, Malásia e Indonésia, fez despencar o valor do látex de 17.000 para 7.000 contos de réis em meados da década de 1910. Segundo Antonio Loureiro (2008), a dívida do Amazonas era de 100.000 contos de réis, enquanto a arrecadação em 1914 foi de 6.900 contos de réis e a de 1915 ficaria entre 1.250 e 5.800 contos de réis. Esses números ainda se tornaram mais difíceis nos anos posteriores.

Nesse contexto, embora a Faculdade contasse com patrimônio, não conseguia ter acesso aos recursos por conta da crise que impactava no orçamento financeiro da universidade. Com efeito, sendo os cuidados com os fundos financeiros uma responsabilidade da universidade, a Faculdade não conseguia autorização para fazer depósitos bancários, criar fundos e retirar os recursos, o que impedia qualquer tentativa de atrair a inspeção federal com fins de reconhecimento e concessão de recursos.

Segundo Menezes (1959), o reitor da Universidade de *Manáos*, Astrolábio Passos, compreendendo a situação em que estava a Universidade e a Faculdade, podendo essa última ser fechada, colaborou com o processo de cisão entre as duas. Astrolábio Passos aprovou a resolução e reforma do estatuto que desagregava a Faculdade de *Sciencias jurídicas e Sociaes* da Universidade em 17 de janeiro de 1921.

O patrimônio em favor desta Faculdade, constante no valor de sessenta contos de réis por cessão que lhe foi feita pela Universidade de Manáos, tendo a honra, que para devidos fins, passa às mãos de VV. Ex.cas. o documento incluso que prova estar dito patrimônio aumentado para ser guardado no Banco do Brasil desta cidade. (COMUNICAÇÃO AO CONSELHO SUPERIOR..., 1922, p. 37) - [Revista Acadêmica].

Agora, desligada da Escola Universitaria Livre,<sup>12</sup> e contando com recursos próprios da ordem de 60 contos de réis, a Faculdade precisava se reorganizar. Para isso, o então diretor e

---

<sup>12</sup> Outros cursos - Pharmacia e Odontologia, Escola Agronômica, também se separaram da Universidade de Manáos, recebendo autonomia que por fim, se desestruturou completamente no ano de 1926, a partir da reformulação do seu estatuto. Com os cursos remanescentes de “Sciencias e Letras, para o Ensino Clássico de

desembargador Gaspar Guimarães convocou uma votação com todos os membros da instituição. Foram discutidos três caminhos para a instituição a) encerramento da Faculdade; b) limitação da Faculdade a uma vida única regional; c) nova tentativa de equiparação. Após o debate, optaram por uma nova tentativa de reconhecimento e equiparação ao demais cursos federais por meio da inspeção.

No mesmo ano de 1921 a faculdade realizou os depósitos e solicitou a avaliação. Foi nomeado o inspetor federal Dr. Benjamim Malcher de Souza. O inspetor verificou que o prédio da Faculdade ainda pertencia a Universidade de Manaus situada a rua Joaquim Nabuco, passando a exigir independência predial e material para a equiparação do curso. Apesar da frustração, a comissão estava decidida em manter a faculdade.

Por influência dos professores da faculdade, o caso chegou ao executivo estadual. O governador Rego Monteiro sancionou a Lei Nº 1.132 de 2 de fevereiro de 1922, autorizando a transferência do patrimônio para a faculdade, ao custo de duzentos e dois mil réis. O prédio ficava no bairro de Constantinópolis (atual Educandos), onde já havia funcionado a escola de Aprendizes Marinheiros (MENEZES, 1959, p.102).

O problema parecia assim resolvido, mas o prédio estava em más condições de uso, além de estar distante das linhas de bonde. Assim, a despeito do esforço, o prédio acabou não sendo usado. As aulas da faculdade continuavam acontecendo na sede da universidade, sob a pressão de reprovação do curso pelo inspetor federal. A exigência continuava sendo a de um prédio independente. Como último recurso, a faculdade foi remanejada às pressas para os fundos do antigo prédio da prefeitura, no centro da capital. Um sobrado antigo, que funcionou no passado como residência de governadores. A instalação do curso foi realizada às expensas do estado do Amazonas até que as adequações da sede estivessem concluídas. O valor pago foi simbólico, pois o próprio governador já havia sido aluno da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.

Apesar da manobra arriscada, por fim, o prédio correspondeu às condições da inspetoria federal.

A Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus é uma escola autônoma, sob a tríplice aspecto didático, administrativo e econômico,

---

Humanidades, seriado ou livre; a de Medicina, com o curso de mesmo nome mais os especiais para formação de enfermeira, e a de Engenharia, com os de Engenharia Civil, Engenharia Eletricista e Engenharia Industrial” (DUARTE, 2009, p. 192), a instituição passou a se chamar Associação Vulgarizadora do Ensino (AVE).

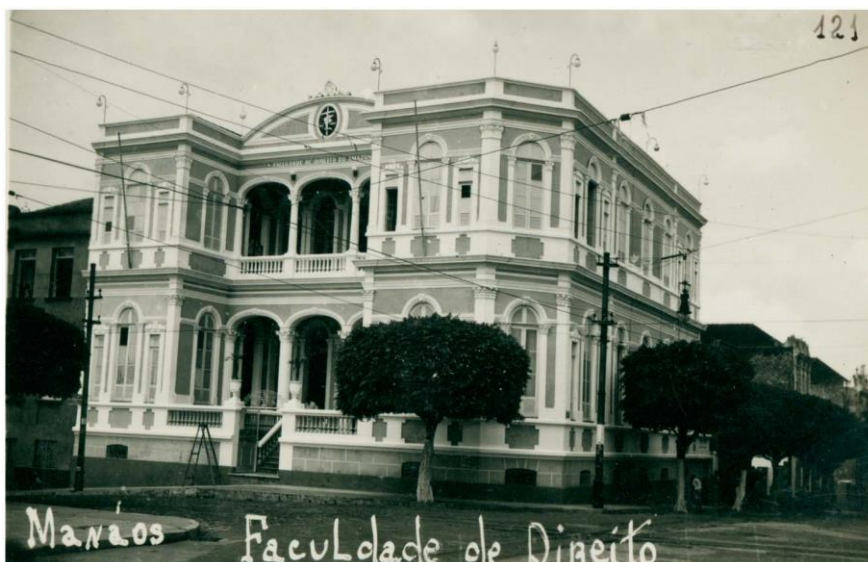
destinada a ministrar, ás pessoas de ambos os sexos, o ensino integral de Direito no Estado do Amazonas (Estatutos..., 1922, p.125) - [Revista Academica].

Em 3 de agosto de 1923, depois de toda essa movimentação, foi concluído positivamente o relatório da equiparação pelo Conselho Superior de Ensino. O ministro de Justiça e Negócios Interiores baixou a portaria de equiparação em 14 de setembro de 1923, para a comemoração da comunidade acadêmica.

A partir de 1923, começarão sempre a 17 de janeiro, data em que os novos dirigentes tomarão posse de suas funções em sessão solene, a fim de comemorar condignamente, por este modo festivo, a data de fundação da nossa Faculdade e quiçá dos cursos de ensino superior no Estado do Amazonas, antes de tudo, felicitar-vos pela auspiciosa Victoria por nós alcançada, após treze anos de laboriosa e útil existencia, em virtude da nomeação do inspetor federal junto á nossa Faculdade para efeitos de sua equiparação aos institutos officiaes congeneres (EXPOSIÇÃO..., 1923, s/n.) - [Revista Academica].

Os anos seguintes não foram fáceis quanto a estrutura da instituição. A faculdade chegou a ocupar por mais uma vez o prédio da extinta Escola Universitária Livre de Manaus (desde 1913 chamada de Universidade de Manaus). A Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais se mudou por diversas vezes antes de estabelecer sua sede definitiva. "Somente em 23 de janeiro de 1938, a Faculdade inaugura seu prédio na Praça dos Remédios, fixando sua sede com a nomenclatura de Faculdade de Direito do Amazonas" (MENEZES, 1959, p. 164).

**Fig.2: Faculdade de Ciências Jurídicas com segundo pavimento, à Praça dos Remédios, cartão-postal, década de 1940. Fonte: IBGE/Álbum de Manaus.**

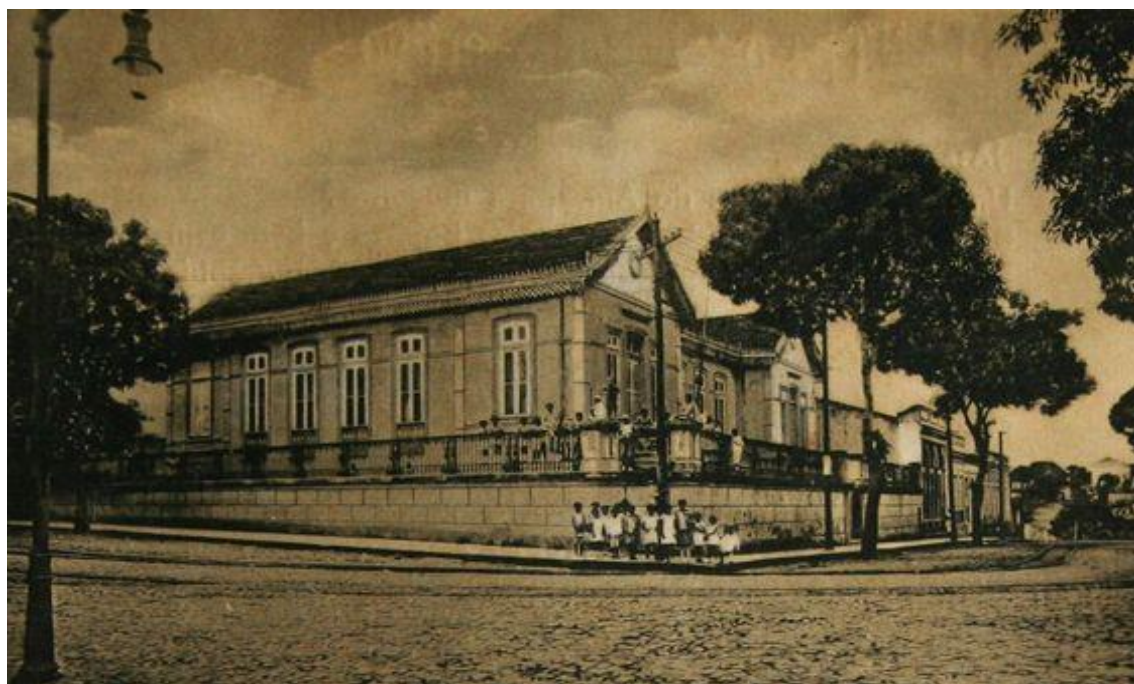


## 2.2. A QUESTÃO PREDIAL DA FACULDADE DE SCIENCIAS JURIDICAS

Desde a criação da Escola Universitária Livre de *Manáos*, junto a outros cursos, a Faculdade de *Sciencias* Jurídicas teve dificuldades com espaço predial para realizar as aulas, funcionando em pequenos grupos escolares.

No Grupo escolar Saldanha Marinho (o qual vemos a imagem abaixo), o curso de direito revezava horários e salas com os cursos de medicina, letras, engenharia, prolongando o horário de aulas teóricas até às 10 horas da noite. A escola recebe, com isso, instalação de luz elétrica. Porem, outros reparos precisavam ser feitos. A ideia de aquisição de um edifício que comportasse todos os materiais de ensino e os laboratórios para as praticas, ainda dominavam o espírito da Congregação institucional.

**Fig. 3: Prédio da Universidade de Manáos, antigo Grupo Escolar Saldanha Marinho, 1911**



**Fonte: Acervo Moacir Andrade/ Sítio Durando Duarte**

As dificuldades na formação eram grandes, além do prédio ser pequeno, os laboratórios funcionavam em outras instituições, nas farmácias, nos gabinetes dentários, nos necrotérios, na Santa Casa. Outros gastos ocorreram na montagem da biblioteca e materiais para



a Faculdade de *Sciencias Juridicas e Sociaes* e honorários dos lentes. Funcionando inicialmente no prédio do colégio Saldanha Marinho até 1913, passou a exercer as atividades à Rua Joaquim Nabuco, no prédio do Grupo Escolar Nilo Peçanha, em 1914 (foto abaixo).

**Fig.4: Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes, Rua Joaquim Nabuco, 1915.**



**Fonte: Revista Archivos da Universidade de Manaus.**

O poder executivo transfere a pedido do diretor Gaspar Guimarães o prédio da faculdade de *Sciencias Jurídicas* para a Escola de aprendizes marinheiros, situada ao bairro de Constantinópolis, com imposto do prédio e concordata extrajudicial.

A Diretoria de Instrução Pública concede um novo prédio com recursos para construção de segundo pavimento, somente na década de 1930, situado à Praça dos Remédios (mais tarde conhecido como prédio da Jaqueira), local do antigo Grupo escolar Silverio Nery, escola para meninas que se fixou a Faculdade de *Sciencias Juridicas*.

O prédio da Faculdade de Direito situado na rua dos Remédios, em seu inicio constituía um único andar, mas era suntuoso, como as demais construções escolares do período republicano em Manaus. Arquitetura de alvenaria eclética em estilo *Art Nouveau*, com grandes janelas e portas. Como aponta Faria Filho (2003) O convívio com essa arquitetura

suntuosamente monumental, de amplos corredores, de dimensões grandiosas das janelas e portas, com racionalização e higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar em relação à cidade que o circundava, expectava inculcar apreço e valor à educação, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes positivistas da República.

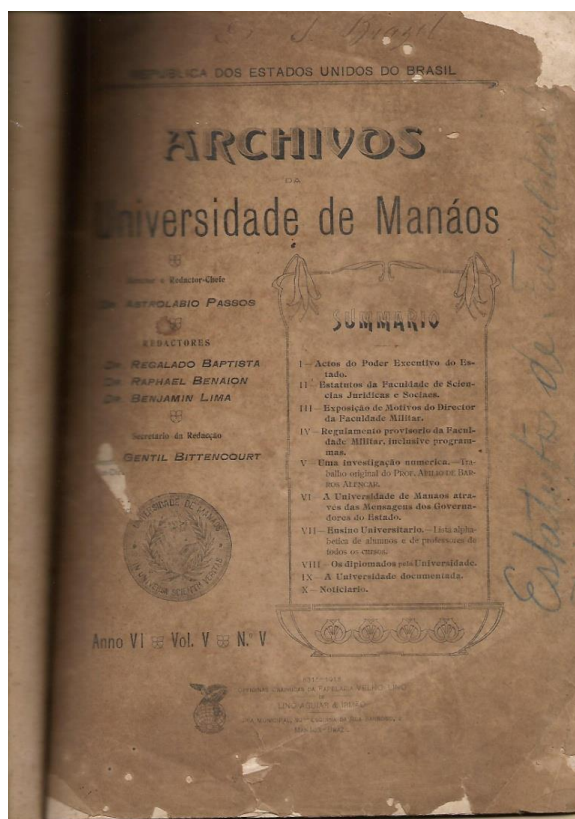
**Fig.5: Prédio da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, funcionando como Grupo escolar Silvério Nery, Praça dos Remédios, 1920.**



**Fonte: Acervo Durando Duarte**

### III. OS PERIÓDICOS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

#### 3.1. ARCHIVOS E REVISTA ACADEMICA: CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA



**Fig. 6: Periódico Archivos, 1915;**  
**Fonte: CCPA/Biblioteca Mario Ypiranga**

Com a transformação rápida da cidade de Manaus entre o final do século XIX e início do século XX, surgem diferentes instituições que além de fomentar a cultura, conforme já apontamos, também agem no sentido de construir ou manter a memória da região (LE GOFF, 2013). Algumas dessas entidades são escolas, jornais, clubes ou mesmo instituições oficiais, como o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), em 1917.

[...] a memória tem um papel considerável no mundo social, no mundo cultural e, bem entendido, nas formas elementares da historiografia. A partir do século XIII na Itália, e noutros países do século XIV, proliferam os primeiros arquivos. Com a expansão das cidades, a memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade coletiva. Com o impresso, o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme. A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade (LE GOFF, 2013, p. 210).

A revista Archivos da Universidade de Manáos teve como diretor o próprio reitor da antiga Escola Universitária Livre de Manáos, o dr. Astrolábio Passos. Contava também com uma comissão de redatores composta, professores da própria casa, dentre os quais estavam Jorge de Moraes (Professor da Faculdade de Medicina), Dr. Pedro Regalado Epiphanyo Baptista (Vice diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas) e Dr. Raphael Benaion (Professor de Direito Romano da Faculdade de Ciências Jurídicas), Pedro Botelho (Diretor da Escola Prática de Instrução Militar) acrescentado posteriormente outros lentes como Raimundo Pinheiro (Professor do curso de Agrimensura e Faculdade de Ciências e Letras). Sua primeira edição consta de 1911. Em suas edições, eram transcritos os programas das cadeiras de ensino, decisões, relatórios, movimentação da Escola (MENEZES, 1959) Além de reflexões, sínteses e notícias.

A Archivos da Universidade de Manáos teve uma circulação trimestral para assuntos diversos e, ao menos, uma edição comemorativa para a memória da instituição, após cinco anos de funcionamento da Escola Universitária Livre de Manáos (1909 – 1913). Diversas cópias dessa edição especial foram enviadas para outras instituições de ensino em 1914, recebendo respostas de pessoas ilustres de diferentes regiões do país.

Ministro dos negócios da Fazenda

Rio de Janeiro – Junho, 1910.

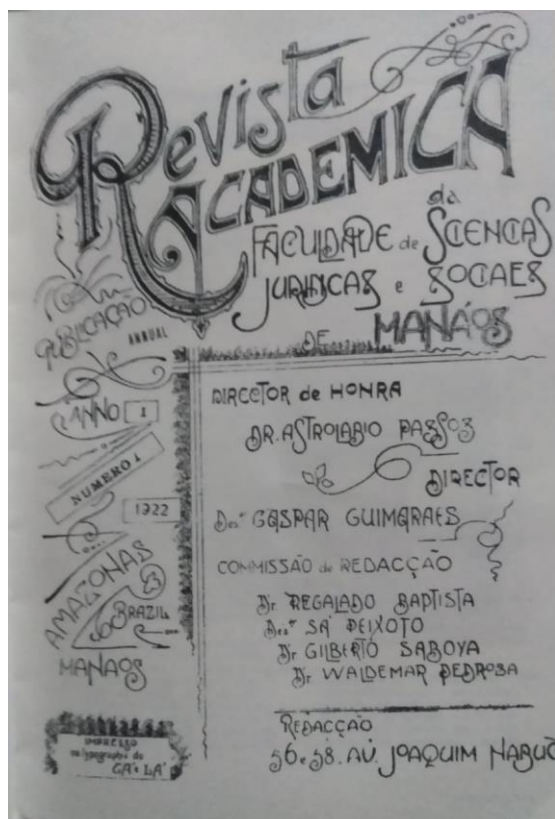
De posse do vosso offício n.º 39, de 16 de Março próximo findo, pelo qual vos dignastes comunicar-me haverem sido instalados os diversos cursos dessa Escola Universitária, cujos alevantados intuitos muito honram a iniciativa dos seus instituidores, agradeço-vos a gentileza da comunicação e bem assim o oferecimento que me fizestes de um exemplar dos Estatutos. a) Leopoldo Bulhões. (CORRESPONDÊNCIA..., 1914, p. 4) – [Archivos da Universidade de Manáos].

Contudo, a Archivos da Universidade de Manáos não foi a única a constituir memória da história da educação no Amazonas. A Faculdade de Ciências Jurídicas criou, tempos de pois de sua formação, uma revista direcionada à sua própria memória, a Revista Acadêmica.

Em comemoração ao 1º centenário da independência nacional [...] a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociaes de Manáos lança a publicidade o primeiro numero de sua Revista Acadêmica, a qual terá por escopo informar minuciosamente a respeito da vida do instituto de que é representante, levando ao público a história acadêmica deste injustamente apreçado rincão que é o Amazonas [...] A Revista será um órgão de ensino para seus

discípulos, e um veículo de propaganda do nosso *gráo* de cultura jurídica. Demonstração pratica da eficiência (CREDENCIAIS..., 1922, p. 19) - [Revista Academica].

A Revista Academica (1922) apresentava sua capa confeccionada a mão, com aparência de um diário jovem, nas cores rosa e azul. Em sua capa, entre as notícias, a informação de que havia sido impresso pela tipografia do *Gá e Lá*, com redação situada na Av. Joaquim Nabuco.



**Fig. 7: Revista Academica**

**Fonte: CCPA/Biblioteca Mario Ypiranga/ Arthur Reis**

Seus escritores eram professores de direito do curso, que aproveitavam o espaço para divulgação e instrução acerca de diversos temas da área que lecionavam. Gaspar Guimarães, por exemplo, aproveitou a primeira edição do periódico para escrever sobre a Historia do Logar da Barra do Rio Negro (HISTORIA)..., 1922, p. 106) - [Revista Academica]. Entre os nomes referenciados na capa de sua primeira edição estão o reitor Astrolábio Passos como diretor de honra da revista, diretor da Faculdade e Desembargador Gaspar Guimarães como

diretor chefe, e a comissão de redação composta pelos doutores e lentes Regalado Baptista, Sá Peixoto, Gilberto Saboya e Waldemar Pedrosa.

A Revista Acadêmica será um órgão de ensino para discípulos e, ao mesmo tempo, um veículo de propaganda do nosso grão e cultura jurídica entre os mestres. (...) oferece antes de tudo, singelo attestado da capacidade intellectual dos que ministram o ensino do direito nesta parte da Republica (CREDENCIAIS..., 1922, p. 19) - [Revista Acadêmica].

A Revista Acadêmica se tornou lugar de memória da Faculdade de *Sciencias Juridicas e Sociaes* de Manáos pois se apresentava de forma nostálgica quanto a trajetória, os funcionários e a instituição. Por meio de expressões como “consagrada” “lembrança do passado tão cheio de glorias desta Faculdade” enaltecia a vida da instituição e a sua história acadêmica. Nesse sentido, a leitura desse periódico deve ser feita de forma a ter cuidado com os posicionamentos expostos na produção de um texto que, além de produzir memória, também reflete os interesses dos docentes para com os alunos e sociedade (LUCA, 2005; PASQUINI; TOLEDO 2014).

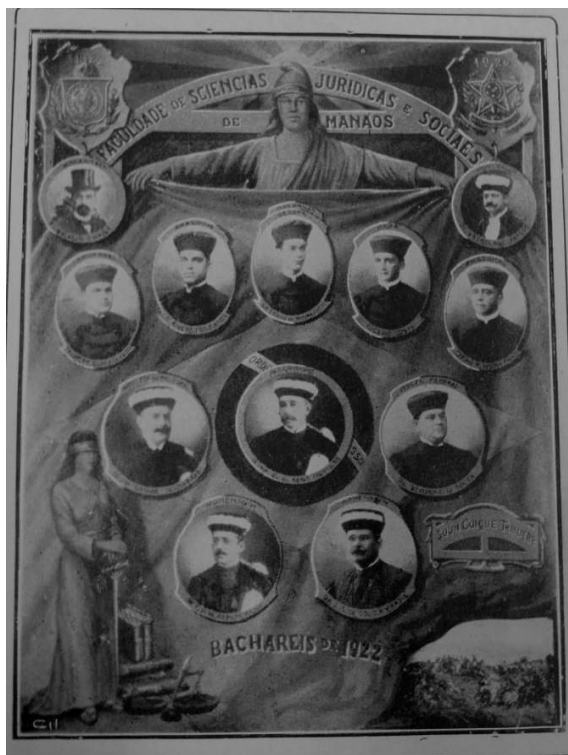
Os leaes, inestimaveis e immorredouros serviços á Instucção Publica prestados nesta circumscripção republicana pelo dr. Astrolabio Passos, merecem consignação especial da Revista, afim de que, em suas paginas, fiquem perpetuamente gravados e lembrados (O NOSSO..., 1922, p. 23) - [Revista Acadêmica].

A revista realizava algumas notas sobre discentes que se destacavam como forma de incentivo aos demais estudantes. Também exaltava o novo prédio da instituição, posto que este simbolizava a conquista da autonomia financeira, didática, administrativa e econômica. Porém, as matérias eram especialmente bem produzidas quando apareciam os funcionários “de honra”, isto é, os docentes da Faculdade e os criadores da universidade. Nas “Notas Biographicas sobre o corpo docente da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manáos”, eram referenciados o currículo, os títulos e as conquistas dos professores.

O Director Gaspar Antonio Vieira Guimarães, bacharel em Sciencias Juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife. Lente cathedatico de Direito Internacional Publico e Diplomacia, que lecciona desde 1912 (7 de junho). Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado. Membro da Academia Amazonense de Letras. Socio, premiado com

medalha de ouro, da Sociedade de Homens de Letras, de França. Cavalleiro da Legião de Honra, de França, e da Ordem da Corôa, da Belgica. Ex-chefe de Policia do Estado e ex-deputado ao Congresso dos Representantes do Amazonas. Eleito vice-director da Faculdade, em substituição, em 1915, e director effectivo, para o quinquennio de 1915-1919, foi reeleito Director para o actual triennio, de 1920-1922, prorrogado pelos novos Estatutos até 17 de Janeiro de 1923 (NOTAS..., 1922, p. 39) - [Revista Academica].

Além da trajetória acadêmica, um fator chama a atenção nessas publicações: o esforço do periódico da faculdade em publicar as fotografias dos homenageados. A publicação de fotografias não era fácil nesse período. Justamente por isso, o trabalho da Revista Academica demonstrava um interesse na construção de memórias e representações simbólicas daqueles indivíduos que estavam realizando as primeiras formações superiores na região (MAGALHÃES, 1996).



**Fig. 8: Turma de Bacharéis, 1922.**

**Fonte: Revista Academica**

Assim, verificamos que a fotografia, no escopo da biografia dos criadores e mantenedores da Faculdade e da universidade tinha uma clara intenção de registro, além, evidentemente, de respaldo de toda a narrativa oficial que apoiava a revista (PASQUINI; TOLEDO, 2014). As imagens, da forma com que foram produzidas, constituíram uma memória institucional intencional de como a Faculdade gostaria de ser vista na sociedade (LE GOFF, 2013; MENDONÇA; PINHO, 2016).

### 3.2. O ACADEMICO: O OLHAR DOS ESTUDANTES

Dentre os três periódicos diretamente ligados a Faculdade de *Sciencias Juridicas e Sociaes*, O Academico - Órgão dos estudantes da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociaes de Manaus, é o que aparece com maior liberdade de escrita, pois a sua produção partia dos discentes da instituição. Criado posteriormente ao processo de separação da universidade e de reconhecimento federal, O Academico nos mostra como a memória da instituição estava sendo mantida na visão dos docentes, dos alunos e da sociedade manauara.



Fig. 8: O Acadêmico, Coluna de apresentação, 1926a. Fonte: BNDigital

O periódico publicava o posicionamento dos alunos quanto as ideias relacionadas à política nacional e regional, além de escreverem sobre a construção dos seus conhecimentos jurídicos, o expediente da instituição, a arte, a literatura e cultura geral. Nas suas palavras: “O Academico, jornal que tem por principal objetivo pugnar pelo desenvolvimento da instrução no Amazonas. Trata-se de um jornal que visa estimular o espirito da mocidade, dando



expansão ao seu raciocínio e vulgarização dos seus conhecimentos obtidos nas matérias do curso de direito” (O ACADEMICO..., 1926, p. 1) - [O Academico].

O Academico trazia uma coluna de Crônica Social direcionada aos aniversariantes do mês, geralmente conhecidos do corpo editorial como professores, colegas da instituição e dos colégios da cidade, além de comemorações relacionadas aos comerciários. Também parabenizavam os noivos e os nascimentos, sob o título de Dádivas e Panelada, a partir de sua segunda edição. Também havia espaço para as notas fúnebres, sob o nome Morto Ilustre, Necrodolio ou Cinzas de Cícero. Assuntos econômicos, sátiras acerca do pagamento das ligações em telefones, bacharelados, notícias do Nacional futebol clube, o sistema penitenciário e informações sobre a Escola de Direito do Recife.

Algumas homenagens a políticos e membros da comunidade acadêmica também podem ser encontradas em O Academico, como no caso do professor e governador do estado do Amazonas Ephigênio Salles (1925 – 1929). Neste caso em específico, consta no próprio periódico que o governador havia realizado uma doação de quatorze contos de reis à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, mostrando a influência que a imprensa pode sofrer no processo de produção das suas matérias (PASQUINI; TOLEDO, 2014).

Lente honorário da nossa academia, mesmo independente dessa honraria a que tanto preza e dignifica, o doutor Ephigenio Salles, estamos certos, pois que sua acção administrativa tendam ao bem colectivo. Se bem que não resolva todo o problema financeiro da nossa escola que, desde muito, devêra officializada pelo estado, subvenção em apreço Valle por uma affirmacão cathégorica, já que logo tanto carinho tem demonstrado pelo nosso instituto, o único do Amazonas equiparado aos estabelecimentos de ensino superior da União, constitue uma das paginas mais longas dos annaes da nossa instrucção (UM GRANDE AMIGO..., 1926) – [O Academico].

Conforme dissemos, o periódico, contudo, não se furtava a discussão de temas políticos. Um desses assuntos envolvendo política internacional, ainda muito discutido no norte do país no início do século XX, foi a compra da região que atualmente é o estado do Acre. A discussão com tons raciais sobre a ocupação da região por imigrantes aqueceu a escrita dos alunos.

Acha que essa migração deve ser meramente espontânea, ou deva ser intensificada pelo governo do Brasil? Que ordem e auxílios o governo pode prestar aos imigrantes? Pensa que essa imigração pode ser exclusivamente

da raça branca? Qual sua opinião de v. exc. acerca da imigração amarela? (O PROBLEMA..., 1926) - [O Acadêmico].

No entanto, provavelmente, a sua maior contribuição seja mesmo a conteúdo de sua pesquisa antropológica. Há em suas páginas uma considerável investigação sobre as tribos *Parintintin*, abordando seus costumes, tradições, rituais, inclusive com fotografias dos indígenas, vestidos com trajes de urbanos da época. Mulheres indígenas vestindo saiotos, blusas e sapatos e os homens com paletó em um claro processo de aculturação. De forma geral, as suas matérias também relatavam o cotidiano do homem amazônico, ressaltando aspectos culturais, políticos e econômicos, mas também tratando da navegação na região, da extensão territorial, do saneamento da cidade e do seu progresso.

Do primeiro exemplar até o último, por volta de 1927/28, percebemos que O Acadêmico, se tornou mais organizado visualmente, dividido em três colunas, com fotos de seus redatores acrescido de quatro para oito páginas. Iniciando com a diretoria do jornal, o professor Souza Brasil, redatores responsáveis Abílio Alencar e Pedro Madeira, notícias ilustradas de capa. Seguiu de cotas, assuntos econômicos, Universidades e a Faculdade, reflexões do governo, expediente do centro acadêmico, comerciais de peças teatrais, calendário acadêmico, viajantes, enfermos, propagandas de empresas comerciais.

O exemplar de 1927 iniciava com o discurso do orador da turma que se formava, com o título “O ideal” dividido em três colunas, o formando abordava o amor de forma filosófica como inspiração para a carreira jurídica, (Antonio Domingues Uchoa, 11 agos., 1927<sup>a</sup>)

Cultuemos o ideal, enchendo a alma de suas aspirações, como numa finalidade moral na vida e um motivo perenne de acção, fecunda e bemfazeja. Felizmente, ao deixarmos nossa querida Faculdade de Direito, já sonhamos em nosso entusiasmo e fé com a próxima seara, coberta de fructos áureos pela renovação, engrandecimento e amor da nossa Patria; que ideaes nobres e elevados vivem em nossos corações, que aneiamos pela sua esplendida realisação pelo nosso grande e amado lar brasileiro (...) somos unicamente batalhadores do Direito e da Justiça, que representam condições essenciaes da vida social e por ahi são aferidos a cultura e valor de um povo e de uma civilisação.

No Acadêmico, interessante são as emoções, entusiasmos e linguagem nostálgica dos redatores, ao narrar os trechos expostos no jornal. São informações a mais que complementam as pesquisas sobre os professores da faculdade de *Sciências* Jurídicas e seus alunos, dando voz aos atores, que expunham suas opiniões de vários assuntos políticos e culturais, e narravam em linguagem cotidiana das personalidades.

Os redatores eram professores e discentes do curso de Ciências Jurídicas. O redator chefe Abílio de Barros Alencar; O diretor, José Farias Gesta; o Secretário, Joaquim Gondim de Albuquerque; Redatores, Cassio Dantas; Paulino Pedreira, Manuel Xavier Paes Barreto Filho; Gerente, Pedro de Araujo Madeira. Financiado por donativos de amigos advogados e professores, alunos da Faculdade. Em 1928, Os Redatores, Almir Correa, Reanto Correa, Irineu Muniz, Sebastiao Salinac, Goataçara Barbuda Thury e Adalberto Valle.

Com circulação quinzenal ao preço de 300 réis por exemplar, na segunda edição, baixou o preço dos exemplares avulsos a 200 réis. A tiragem do Acadêmico chegou a ser de 2.000 exemplares. Os anúncios do Acadêmico eram lidos quinzenalmente por duas mil pessoas no Amazonas e Acre O financiamento do periódico também se dava pela assinatura de cinco mil réis, por donativos de estudantes e pela propaganda de comerciantes, tais como: A formosa Amazonense, que vendia tecidos e roupas; a Companhia de seguros do Pará; Gomes & Comp. serviços de Telegrafia; Pharmacia Lopes com laboratório e consultório médico; Casas Canavarro, serviço de caixa postal; Soares armazém de ferragens; Fábrica Progresso de vapor; Panificação e biscuitaria Nogueira Irmãos; Cigarros Terezita e Paqueta (TERCEIRA..., 1927, p. 4 - [O Acadêmico]).

Sua redação mudou de local algumas vezes, tal como a própria faculdade: “Redação, na av. sete de setembro, oficina- rua Saldanha Marinho, n 51, typographia do jornal União Portuguesa.” (EXPEDIENTE..., 1926, p. 02 - [O Acadêmico]). Um ano depois, “[...] a redação, no edifício da Faculdade, a av Silverio Nery, 56 e 58. O Acadêmico encontra-se à venda na Papelaria e Typographia Augusto Reis, à rua Henrique Martins, 23 – Manáos” (EXPEDIENTE..., 1927, p. 2 - [O Acadêmico]). Neste mesmo ano de 1927, a redação do Acadêmico funcionou na Praça da Saudade, 14, sob direção do professor Souza Brasil, depois na Joaquim Nabuco.

O jornal O Acadêmico tinha um espaço acanhado e modesto, assim, visto por seus redatores, mas obteve apoio de jornais maiores na sua divulgação, como O Dia, O Estado do Amazonas, Diário Oficial, O Libertador, Jornal do Commercio e União Portuguesa. Jornais que noticiaram o aparecimento d’O Acadêmico. Seus redatores, em nota agradeceram como estímulo para aspirações da mocidade acadêmica (PROVAS..., 1926, ed. 2, p. 4 - [O Acadêmico]).

Notas sobre o homem amazônico foram publicadas, as vivências na Manaus que se desenvolvia, e os aspectos econômicos, a navegação fluvial, a extensão territorial, o

saneamento da cidade, o seu progresso. Esse esboço da vida citadina fazia parte da redação de O Acadêmico, narradas de forma dinâmica pelos jovens estudantes da Faculdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus foi uma contribuição ao cenário intelectual amazonense, conforme podemos entender com base nas pesquisas realizadas. Uma instituição que transformou o cenário da região e marcou história no país, dentro do contexto da primeira experiência universitária brasileira.

A instituição formou e teve como professores nomes de grande expressão em sua história que já conta com mais de um século. Um desses prestigiados nomes é o professor, economista, empresário, cientista e ex-aluno do curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas, Samuel Issac Bechimol. Em sua aula de despedida, descreveu sua experiência, na sede do curso, na praça dos Remédios, homenageando a instituição e sua contribuição ao ensino superior no Amazonas (Aula de Despedida, saudade e exortação, proferida pelo professor emérito da Faculdade de Direito do Amazonas, jan., 2000, p. 37-41).

Durante o boom econômico se teve, também a preocupação de formar lideranças e proporcionar educação ao povo, ao lado de imensos investimentos em infraestrutura [...] ausência em ciências, tecnologia, educação. A Faculdade de Direito e suas colegas congêneres federais, desde a sua fundação em 1909, (em todas as fases de desenvolvimento da cidade, forma líderes), proporcionando ensino superior para formação de juristas, professores, políticos [...]. Desta Faculdade saíram nomes e talentos, tanto no campo de juízes, desembargadores, ministério público, advocacia privada, altos cargos do Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior de Justiça e do Trabalho [...] durante um século, o alunado vem se formando por esta antiga e tradicional escola, dentro dos melhores padrões possíveis de ensino, apesar da pobreza e das obsoletas instalações. [...] é preciso salientar que esta faculdade foi responsável pela nossa formação e ascensão cultural e econômica. Ela nos retirou da situação de pobreza e penúria, eu estudante pobre, vindo do interior do rio Abunã [...] conhecedor das lutas, trabalho por 15 anos e todo esse esforço e dedicação serviu de base para concluir o curso de direito [...] após disputa de provas, exames e títulos, consegui obter ambicionada cátedra.

Ao fim desse estudo, entendemos que a Faculdade de *Sciencias Jurídicas* foi fruto de um contexto específico, da efervescência cultural e intelectual, junto a economia que se expandiu na capital Amazônica. Os benefícios do auge da economia gomífera, a formação de grupos sociais interessados em desenvolver socialmente e culturalmente a região, além do investimento em estrutura na cidade de Manaus proporcionaram uma *Belle Époque* manauara

em que não apenas o Teatro Amazonas se destaca, mas também a fundação da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais no seio da primeira experiência universitária do Brasil.

Vinculada a Escola Universitária Livre de Manaus, a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais escreveu uma importante história do ensino superior no Estado do Amazonas e na região norte do Brasil. Ofertou na cidade o curso jurídico que antes era realizado fora da capital, geralmente no Recife, no Rio de Janeiro ou mesmo fora do país. Contribuiu sobremaneira para o estabelecimento do campo jurídico na região da capital e dos interiores do Amazonas.

Por meio dos periódicos, testemunhas e divulgadores de todos os eventos no século XX, foi possível reconstruir a memória dos momentos iniciais da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, o reconhecimento federal entre 1909 e 1921, bem como as lutas para sua manutenção. Os periódicos ligados a Instituição constituem, portanto, um inestimável acervo da memória (Luca, 2005). Constituem de artefatos da faculdade, apresentando sua trajetória de construção intelectual, cultural, institucional e de identidade que, por fim, ajudaram a formar a atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas.

## FONTES

ABERTURA DOS CURSOS. **Archivos da Universidade de Manáos**. Manaus. 1915, referente a Jul-dez de 1914, p. 73.

AULA DE DESPEDIDA, SAUDADE E EXORTAÇÃO. **Revista da Faculdade de Direito do Amazonas**. Manaus: EDUA, 2004. p.37-41.

BRASIL. **Decreto n.º 10.106, de 5 de março de 1913**. Aprova o regulamento para a concessão de subvenções e para a sua fiscalização. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10106-5-marco-1913-522978-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado dia 19 de mai. de 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 8.659, de 5 de abril de 1911**. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado dia 19 de mai. de 2023.

COMO NOS RECEBEM. **Archivos da Universidade de Manáos**. Ano I, Vol.1 Manaus. Jul-Ago. 1911, p. 127.

COMUNICAÇÃO AO CONSELHO SUPERIOR DO ENSINO SOBRE O AUGMENTO DO PATRIMONIO. **Revista Academica**. Manaus. 28 jan. 1922, p. 37.

CONSERVATÓRIO DE MÚSICA CARLOS GOMES. **O Academico**. Ano 1, N° 1, Manaus, 28 set. 1926, p. 4.

CREDENCIAIS. **Revista Academica**. Ano 1, N°1. Manaus. 1922, p. 19.

**ESCOLA MILITAR PRATICA DO AMAZONAS**. Archivos da Universidade de Manáos. Ano IV, Vol. IV, N°III, Manaus, 1915, referente a Jul-dez. 1914, p. 70.

**ESTATUTOS DA FACULDADE DE SCIENCIAS JURIDICAS E SOCIAES DE MANAOS**. **Revista Academica**. Ano. 1, 1922, p.125.

EXPEDIENTE. **O Academico**. Ano11, N° 10, Manaus, 28 set. 1927, p. 2.

EXPEDIENTE. **O Academico**. Ano1, N° 2, Manaus, 17 out. 1926, p. 2.

EXPOSIÇÃO. **Revista Academica**. Manaus. Ano 2, N° 2. 17 jan. 1923, s/n.

HISTÓRICO. **Archivos da Universidade de Manaus**. Ano IV, Vol. IV, N°III, Manaus, 1915, referente a Manaus. Jul-dez. 1914, p. 69.

LEI N° 601- de 08 de outubro de 1909. **Archivos da Universidade de Manaus**. Ano III, N° 2, Manaus, jun-out., 1913, p.26.

O NOSSO DIRECTOR DE HONRA. **Revista Acadêmica**. Manaus, N°1, 1922, p. 23.

O PROBLEMA DA IMMIGRAÇÃO. **O Acadêmico**. Ano 4. N° 3. Manaus. 10 Nov 1926, p. 3.

OS PRIMEIROS BACHAREIS. **Archivos da Universidade de Manaus**. Ano IV, Vol. IV, N°III, Manaus, 1915, referente a Jul-dez. 1914, p. 91.

PROVAS DE CAMARADAGEM. **O Acadêmico**. Ano 1, N° 2, Manaus, 17 out.1926, p. 4.

SUBVENÇÕES E DONATIVOS. **Archivos da Universidade de Manaus**. Manaus. Ano IV, Vol. IV, N°III, Manaus, 1915, referente a Manaus. Jul-dez. 1914, p. 78.

TERCEIRA COLUNA. **O Acadêmico**. Manaus. Ano 1, N5, 25 Jan. 1927, p. 4.

UM GRANDE AMIGO DA MOCIDADE ACADEMICA. **O Acadêmico**. Ano 1, N3. Manaus, 10 Nov 1926, p. 1.

## **REFERÊNCIAS**

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Vida Privada e Ordem Privada no Império**. In: NOVAIS, Adauto (org.) História da Vida Privada no Brasil: Império. SP: Companhia das Letras, 1997. p. 11-93.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia, Formação Social E Cultural**. Manaus: Editora Valer, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BERTARELLI, **Eduardo Gonçalves Ribeiro**. Verbete. CPDOC/ FGV Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira->



[republica/RIBEIRO,%20Eduardo%20Gon%C3%A7alves.pdf](#). Acessado dia 16 de mai. de 2023.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro; Manaus: Conquista; Academia Amazonense de Letras, 1973.

BRITO, Rosa Mendonça de. **Da Escola Universitaria Livre de Manáos à Universidade Federal do Amazonas**: 95 anos construindo conhecimentos. Manaus: EDUA, 2004.

BURKE, Peter. **O que é Historia Cultural?** Sergio Góes de Paula (Trad.), 2 ed., RJ: Jorge Zahar, 2008.

BURNS, Edward Brandford. **Manaus, 1910**. Retrato de uma cidade em expansão. Trad. Ruy Alencar. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação do Estado do Amazonas, 1966.

CARVALHO, Guiomar Lima. **A instrução primária no Amazonas Imperial**. In: ESTÁCIO, Marcos André Ferreira; NICIDA, Lucia Regina de Azevedo (Orgs.). *História da Educação na Amazônia*. Manaus: EDUA; UEA Edições, 2016. p.445-463.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. - 3.ed. [revista]. - São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DAOU, Ana Maria. **Instrumentos e sinais da civilização**. Origem, formação e consagração da elite amazonense. *História, Ciências, Saúde. — Manguinhos*, vol. VI (suplemento), 867-888, setembro 2000.

DIAS, Edinéia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**. Manaus 1890-1920. 2ª Ed. Manaus: Valer, 2007.

DUARTE, Durango. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus: 1ª ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Instrução elementar no século XIX**. In: LOPES, Eliane Teixeira (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

FILHO, Raimundo Pereira Pontes. **Estudos de História do Amazonas**. Manaus: Valer, 2000.

LE GOFF, Jacques (Trad. Bernardo Leitão). **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 7 ed. Campinas: UNICAMP 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LENTE. Verbetes. **Glossário de História Luso Brasileira**. Arquivo Nacional de História Luso Brasileira, Brasil, 2021. Disponível: [http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6428&catid=2080&Itemid=266](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6428&catid=2080&Itemid=266). Acessado dia 16 de abr. 2023.

LIMA, Fábio Souza. As raízes da Faculdade de Educação da UFAM: uma análise do contexto em que a instituição se desenvolveu (1960 a 1980). **Revista Amazônica**. Dossiê Temático “Faculdades e Centros de Educação: histórias e memórias de instituições superiores de formação de professores”. v. 1 n. 01, 2020.

LOUREIRO, Antonio. **A grande crise**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. **A história dos, nós e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. **Reunião Nacional da ANPED**, 19. Caxambu. Anais. Caxambu: Anped, 1996.

MATOS, Geisimara Soares. **O Amazonas de Luto**: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro. *Epígrafe*, São Paulo, v. 3, n. 3, pp. 57-79, 2016.

MENDOÇA; Roseane Souza; PINHO, Fabio Assis. **Memória Institucional por meio da organização documental de fotografias**. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 90-110, mar./ago. 2016. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v7i1p90-110

MENEZES, ADERSON. **História da Faculdade de Direito do Amazonas**. Manaus: S. Cardoso, 1959.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine**. O Mito do Progresso e Refundação da cidade de Manaus (1890/1900). Niterói, 2005. 439 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, RJ, 2005.

MESSIAS, Maria Cláudia Novais. (2013). **Tramas femininas na Belle Époque Carioca**: entre anarquistas e espíritas. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- MONTEIRO, Mario Ypiranga. **Negritude e Modernidade**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1990.
- NEDER, Gizlene. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.
- NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**. Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século. Trad. Celso Nogueira. SP: Companhia das Letras, 1993, PP. 19-141.
- NOTAS BIOGRAPHICAS. **Revista Academica**. Manaus, N°1, 1922, p. 39.
- PASQUINI, Adriana Salvaterra; TOLEDO, Cezar Alencar. **Historiografia da Educação: A Imprensa enquanto fonte de investigação**. Interfaces Científicas – Educação. Aracaju: V2, N 3, p. 257-267, Jun. 2014.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Imprensa e mundos do trabalho na Belle Époque Manauara**. ANPUH. XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: Edua, 1999.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Do Jornal à Academia: elites letradas e periodismo no Amazonas (1889-1920)**. In: PINHEIRO, Luís B. S. P. *Amazonia em cadernos*, n.7/8. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do Burgo Podre Ao Leão Do Norte: O Jornal Do Commercio E A Modernidade Em Manaus (1904-1914)**. Manaus, 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Amazonas, AM, 2014.
- RIZZINI, Irma. A Expansão Da Instrução Pública Pelas Fronteiras Remotas Da Amazônia (1870-1889). **Ver a Educação**, v. 12, n. 1, p. 9-28, jan./jun. 2011.
- SILVA, Antonio Henrique Ferreira Da. A Faculdade De Direito Do Recife E A Nova Ordem Social: O Bacharelismo Como Fonte Imaginária De Poder. **XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores velhos e novos desafios**. 27 a 31 de julho, Florianópolis, SC -2015.
- TAVARES, Maria de Nazaré. Instituto Normal Superior: O Ideário Republicano Aplicado À Instrução Pública No Amazonas (1890-1893). **Das Amazônias**, Rio Branco –Acre, v.3, n.1, (jan-jul) 2020, p. 56-72.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. 1.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **As tradições populares na Belle Époque carioca**. RJ. Funarte, Instituto Nacional do Folclore, 1988.